



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO



Lênio Ribeiro Monsores de Carvalho

Dois séculos de conflito e resistência na Zona Portuária carioca

Mariana/MG
2024

Lênio Ribeiro Monsores de Carvalho

Dois séculos de conflito e resistência na Zona Portuária carioca

Memorial apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares

Mariana/MG
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C331d Carvalho, Lênio Ribeiro Monsores De.
Dois séculos de conflito e resistência na Zona Portuária carioca.
[manuscrito] / Lênio Ribeiro Monsores De Carvalho. - 2024.
72 f.: il.: color., gráf., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Rio de Janeiro, Porto do (Rio de Janeiro, RJ). 2. Valongo, Cais do (Rio de Janeiro, RJ). 3. Negros - Identidade racial. 4. Reportagem. 5. Resistência (Psicanálise). I. Tavares, Frederico de Mello Brandão. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU Negros 305(815.3)(=013)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lênio Ribeiro Monsores de Carvalho

Dois séculos de conflito e resistência na Zona Portuária carioca

Produto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 19 de dezembro de 2024.

Membros da banca

Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Ms. Lucas Porfirio (TV UFOP)

Frederico de Mello Brandão Tavares, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Mello Brandao Tavares, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/02/2025, às 19:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0859821** e o código CRC **878CACFF**.

Aos meus pais que nunca mediram esforços pela minha educação.
Aos meus avós, que sempre prezaram pela dignidade e dedicação.
À fé que me foi repassada por eles e que não me deixa desistir.
Aos professores e amigos que contribuíram para minha formação.
Sou porque nós somos, e nunca estou sozinho. A benção aos meus pais e meus
protetores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus que eu acredito, que foi meu alicerce e minha força nos piores dias. Agradeço a quem me rege, me orienta e sempre está comigo. Aos meu orixás e entidades que me protegem, me ensinam e me sustentam. Okê-arô, meu pai! Ora iê iê ô, minha mãe!

Pela vida, pelo movimento e progresso. Pela proteção em cada rua e ensino constante. Laroyê, senhor Exu! Pela fé inabalável, alegria e sustentação. Salve meu padrinho, saravá Seu Zé!

Agradeço aos meus pais, por todo amor e exemplo de força que me repassaram. Agradeço a minha avó, que foi a grande incentivadora da minha graduação e que sempre será o amor da minha vida. Agradeço a minha tia pela educação, cuidado e puxões de orelha. Agradeço a minha madrinha, que sempre esteve por mim e contribuiu com minha formação escolar.

Agradeço a todos os professores que tive o prazer em conhecer, em especial, meu orientador, Professor Frederico Tavares. Obrigado por toda dedicação, compreensão e ajuda para minha conclusão do curso.

Agradeço a todos que contribuíram, diretamente ou indiretamente, para minha formação como jornalista e ser humano.

*“Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir”.*
(BK)

RESUMO

O presente Memorial tem como objetivo relatar a produção de uma grande reportagem sobre a resistência cultural e histórica da cultura negra na zona portuária do Rio de Janeiro, também conhecida como Pequena África, como Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo. No início das obras de saneamento para a implementação da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, em 2011, foi reencontrado o porto de navios negreiros do século XIX, Cais do Valongo, fato que levou a reivindicação do local como maior símbolo do tráfico negreiro no país e berço da história afro-brasileira. A região sofreu duas grandes reformas no passado, empreendidas pelo Estado, que soterraram o Valongo e expulsaram a população negra de seu local de identidade. A operação do Porto Maravilha está repetindo o mesmo dano, pois se transformou em grande atrativo imobiliário, aumentando o custo de vida, levando a uma elitização e gentrificação na sua área de atuação. A reportagem se vale de uma narrativa histórica e atual, de cunho social e crítico, problematizando as semelhanças das reformas urbanísticas que, direta ou indiretamente, ameaçam a população negra de sair do território de grande identificação. A escolha pelo formato grande reportagem para lidar com esse objeto se deu pelo fato de não apenas informar, mas contextualizar e refletir sobre a importância da identidade cultural afrodescendente que contribuiu para a construção da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Cais do Valongo; Cultura Negra; Resistência; Porto Maravilha; Grande Reportagem.

ABSTRACT

The purpose of this Memorial is to report on the production of a great report on the cultural and historical resistance of black culture in Rio de Janeiro's port area, also known as Little Africa, as a Journalism Course Conclusion Project. At the beginning of the sanitation works for the implementation of the Porto Maravilha Consortium Urban Operation, in 2011, the port of slave ships from the 19th century, Cais do Valongo, was rediscovered, a fact that led to the site being reclaimed as the greatest symbol of the slave trade in the country and the cradle of Afro-Brazilian history. The region underwent two major renovations in the past, undertaken by the state, which buried Valongo and expelled the black population from their place of identity. The Porto Maravilha operation is repeating the same damage, as it has become a major real estate attraction, increasing the cost of living and resulting in elitism and gentrification in its area of operation. The report uses a historical and current narrative, of a social and critical nature, problematizing the similarities between the urban reforms that, directly or indirectly, threaten the black population from leaving the territory of great identification. The great reportage format was chosen to deal with this subject because it not only informs, but also contextualizes and reflects on the importance of the Afro-descendant cultural identity that has contributed to the construction of Brazilian society.

Keywords: Cais do Valongo; Black Culture; Resistance; Porto Maravilha; Special Report.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Mecanismos que perpetuaram o racismo	18
2.1. Traços culturais oriundos da cultura negra	25
3. Reportagem como ferramenta do Jornalismo	29
3.1. Reportagem, fontes e entrevistas	31
3.2. Reportagem ou notícia?	32
4. Pauta expandida	40
4.1. Tema	40
4.2. Enquadramento	40
4.3. Histórico	42
4.4. Níveis de informação/ estrutura da reportagem	43
4.5. Fontes a serem utilizadas	43
Referências	43
Entrevistas	47
Roteiro de perguntas	48
Informações adicionais (notícias relacionadas e anteriores)	49
4.6. Previsão de recursos multimídia	51
5. Diário de Campo	52
6. Considerações Finais	66
7. Referências	68
8. Anexo: Reportagem – “Dois séculos de conflito e resistência na Zona Portuária carioca”	72

1. Introdução

Escolher um tema para fazer o Trabalho de Conclusão de Curso não é tarefa fácil. Além de ser um assunto relevante, tem que ser algo com o qual já nos familiarizamos, até porque são meses de pesquisas, escritas, leituras e releituras. Por meio de uma conversa na Mostra de Cinema de Ouro Preto (CineOP) de 2022, um documentário intitulado “Okutá-ió: Retratos da Ancestralidade”¹ chegou de surpresa na minha vida. Okutá-ió significa Pedra do Sal na língua de matriz africana yorubá; e o conteúdo do documentário enfatizava a importância e a resistência cultural dos afrodescendentes na região portuária do Rio de Janeiro. Ter conhecimento do documentário, juntamente com minha ancestralidade, fez com que eu me debruçasse sobre a história da resistência negra frente às constantes tentativas de apagamento de sua memória e cultura na zona portuária carioca.

A ideia inicial para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso era a de executar uma monografia sobre a resistência da cultura negra no Brasil, e compreender quais foram suas contribuições para a construção da sociedade do país, apesar do racismo estrutural originado no período colonial. Porém, era necessário delimitar sobre qual questão eu abordaria, já que é um assunto extremamente extenso e complexo para se dissertar em um Trabalho de Conclusão.

Após ter conhecimento sobre o documentário “Okuta-ió: Retratos da Ancestralidade”, decidi me inclinar ao debate sociocultural que envolve a zona portuária do Rio de Janeiro. Iniciei o estudo e a escrita, na intenção de redigir uma monografia, no ano de 2023, mas precisei suspender o processo por questões de saúde. No último trimestre do mesmo ano, retornei às atividades de forma vagarosa, por causa de outras disciplinas que estava cursando na universidade, estágio e trabalho durante o dia.

No início do ano de 2024, houve um curto período de aulas em consequência do recesso de feriado de Carnaval e férias. Após o retorno, houve a greve de professores e funcionários técnicos-administrativos das universidades e instituições federais de educação. A greve durou cerca de três meses, com as aulas retornando

¹ “Okutá-ió: Retratos da Ancestralidade”. Gênero: Documentário, histórico, cultural; Duração: 60 min; Período de Produção: 2011 a 2019; Lançamento: 2022. Diretor: Rodrigo Moraes. Realização: Anatólia Cinematográfica Diotima Produções

em julho do mesmo ano.

Na primeira reunião com meu orientador após este período, ele me sugeriu a produção de uma reportagem, no lugar de uma monografia. A ideia me cativou. Junto às pesquisas já feitas e o conhecimento sobre o Projeto Porto Maravilha, levamos em consideração a Lei complementar, de 2023, que estendeu o planejamento a uma maior área de atuação.

Por esse contexto, resolvi estudar sobre a luta e resistência cultural da população descendente dos escravizados que por ali desembarcaram pelo Cais do Valongo. Antes destaco que não tenho a intenção de me pôr em lugar de fala, pois sou de cor branca e nunca saberei o que é o racismo na pele. Porém, sou filho, neto e bisneto de pessoas negras e meu intuito é poder enaltecer sua contribuição para minha vida, para a sociedade e seu direito de moradia no local de forte identificação para o povo do samba, do santo e do porto. Além disso, minha produção com objetivo de formação em jornalismo, me permite abordar o tema como um aspirante ao profissional que busca informações e repassa ao público. Neste sentido, como jornalista, o lugar de fala me compete.

[...] o Cais do Valongo e a zona portuária carioca, de maneira geral, lidava com todos indivíduos do tráfico de almas que não foram 'comprados' ou que representavam resistência a este sistema; lidava também com as famílias que se formaram por relações afetivas iniciadas pelo lugar comum a muitas pessoas arrancadas de sua terra natal. Lidava de maneira geral, com um novo mundo iniciado após a intervenção do sistema escravagista no continente africano; uma nova África, a "pequena África", se iniciava nos ancoradouros cariocas (Montoza, 2018, p.129).

Infelizmente, o Brasil foi forjado em cima de um processo de escravidão, tanto de indígenas quanto de negros. Os brancos europeus, em sua maioria portugueses, capturaram africanos de forma violenta e os traziam para a América para serem mão de obra escravizada em canaviais de cana de açúcar, plantações de café, pecuária e extração de pedras preciosas. Com este processo desumano, os negros não apenas eram feridos fisicamente, mas também discriminados por sua cultura de forma geral, tendo seus costumes e crenças atacados e enfraquecidos pela elite que aqui figurava. Em artigo publicado pela revista *Z Cultural*, Luiz Antônio Simas (2015) descreve a vivência da escravidão:

A experiência da escravidão africana nas Américas é, a rigor, uma experiência de dispersão, fragmentação, quebra de laços associativos e morte, simbólica e literal. Ela também é, ao mesmo

tempo, uma experiência de reconstrução constante de práticas de coesão, invenção de identidades, dinamização de sociabilidades e vida. A chibata que bate no lombo e a baqueta que bate no couro do tambor são as duas faces dessa moeda (Simas, 2015, p. 1).

A maior porta de entrada dos africanos no Brasil foi no Rio de Janeiro, no Cais do Valongo, criado em 1811 para retirar a classe menosprezada da Rua Direita, atual Rua Primeiro de Março, que era o centro comercial da capital fluminense na época. A tentativa foi de afastar os escravizados do centro da cidade, com o intuito de isolá-los da elite. Estima-se que mais de 500 mil negros desembarcaram neste local entre o século XVIII e o ano de 1831, quando foi promulgada a Lei Feijó, que ilegalizou o tráfico negreiro. Segundo Gurgel (2008), a Lei ficou conhecida como “para inglês ver”, já que o tráfico continuou ocorrendo mesmo que ilegalmente. No mesmo ano da promulgação da Lei, o Cais do Valongo foi fechado.

No entanto, mesmo após seu encerramento como porto negreiro, o Valongo continuou recebendo de forma ilegal o tráfico humano. Somente em 1843 o local mudou de finalidade. Por ordem do imperador Dom Pedro II, o cais foi todo reformado para receber a princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, que seria a Imperatriz do Brasil. Conforme Lima, Sene e Souza (2016), o Cais do Valongo foi soterrado e renomeado como Cais da Imperatriz. Não somente a estrutura, como também a história foi enterrada ali, quase numa pretensão de apagar as marcas do tráfico negreiro como também a história dos que ali desembarcaram.

Após anos de escravidão vividos, em maio de 1888, no fim do período monárquico, foi promulgada a Lei Áurea, que dava liberdade dos trabalhos árduos aos negros. Porém, a abolição da escravatura não trouxe igualdade entre negros e brancos. Mesmo com a abolição, os negros não conseguiram ascender na sociedade. Além de não terem oportunidades de emprego, uma grande onda de imigração de europeus começou a surgir, com a ideologia de “branqueamento” da população:

Ruy Barbosa manda queimar os arquivos e o governo entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra, então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise (Moura, 1983, p. 126).

Mais uma vez os negros foram postos à margem, servindo de piso salarial para a mão de obra branca que chegava. Além de não empregar os negros recém libertos, o Estado os usava como desculpa para pagar pouco aos imigrantes europeus. Não havendo possibilidade de ascensão social, por não conseguirem trabalho, permaneceu a manutenção do negro como inferior e indesejável.

O não aceitação dos negros pelos fazendeiros se justifica no de reações rancorosas e negativas de tempos anteriores por parte dos negros e, por isso, não empregar negros seria uma forma de eliminá-los, branqueando a sociedade e estimulando a migração europeia para compensar a ausência da mão de obra africana (Bento, 2018, p. 10).

Segundo De Azevedo (2003) os governos republicanos iniciais queriam fazer do Rio de Janeiro uma metrópole baseada nas grandes cidades europeias, mas para isso teriam que retirar os negros que habitavam em cortiços no centro da cidade, promovendo a gentrificação do Centro. A saída escolhida pelos governantes foi pôr tudo abaixo, no início do século XX, com a justificativa e propaganda de “o Rio civiliza-se”.

Nos mandatos do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos (1902-1906), a cidade carioca era a capital do país, portanto o grande centro comercial também. Pensando na economia federal, que era privilegiada em receber os impostos sobre as importações, o Porto do Rio de Janeiro foi totalmente modernizado e demandou grande reforma urbanística na zona portuária para o escoamento dos produtos importados. O pensamento era totalmente voltado para o capital, que além de propiciar maior número de carga e descarga, favorecia a chegada de imigrantes para trabalhar nas plantações de café de São Paulo e do Vale do Paraíba, que estavam com pouca mão de obra por conta da abolição da escravidão.

Com a segunda grande obra na região, o Cais do Valongo ficou ainda mais esquecido e os descendentes africanos que ali residiam viram “de um dia para o outro” suas casas sendo postas abaixo. Como solução, foram habitar os morros e o subúrbio carioca. Com a iminência da extinção da população afrodescendente na região portuária, uma das soluções encontradas era a de conseguir tombamento oficial da Pedra do Sal, e reconhecimento dos moradores como quilombolas remanescentes.

De acordo com Costa (2020), em 1987, a Pedra do Sal foi oficialmente tombada como patrimônio material do Rio de Janeiro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), reconhecendo e valorizando o local como marco da cultura negra.

Após um pouco mais de 100 anos, a zona portuária receberia mais uma reforma. Em 2009, iniciaram os trâmites do Projeto Porto Maravilha, uma parceria público-privada que visava a reurbanização da área, para transformá-la em um ponto turístico e “revitalizado” para receber os eventos internacionais da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Segundo Coutinho (2019), os moldes seguiram as reformas feitas na cidade espanhola de Barcelona no início da década de 1990 para receber as Olimpíadas de 1992, marcando problemas como a privatização do espaço e destruição do patrimônio cultural.

Porém, em março de 2011, com o início das escavações para implementar um novo sistema de saneamento, foram encontrados vestígios do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz. Conforme Lima, Sene e Souza (2016), sob a Lei Complementar nº 3.924/61 e do Decreto Municipal nº 22.872/2003, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) recomendou o acompanhamento arqueológico das obras. Nas aberturas promovidas no bairro da Saúde, foram encontradas pedras que construíram ambos os cais, e artefatos relacionados à cultura africana como búzios e okutás (pedras referentes a orixás). Diante do grande acervo descoberto, a equipe arqueológica chamou a atenção da Prefeitura para a importância histórica e cultural do local.

Com o achado do Cais do Valongo, a divulgação começou a ser internacional, levando a reivindicação do local como Patrimônio Mundial, sendo reconhecido pela UNESCO. Em 2013, durante a reunião do Conselho Científico Internacional do Projeto Rota dos Escravos, o local foi autenticado como lugar de memória da diáspora africana. Na data simbólica de 20 de novembro, dia da Consciência Negra, foi posta uma placa de reconhecimento do sítio arqueológico do Valongo. Com isso, a região portuária ficou mais uma vez no meio do embate político cultural, tendo de um lado a reparação histórica e de desigualdade racial e do outro a transformação da identidade cultural como mercadoria por parte do Estado.

De acordo com Coutinho (2019), as obras continuaram e o Porto Maravilha foi ganhando forma. A “maior parceria-público-privada” do Brasil, estimada em mais de

R\$ 8 bilhões, tinha no seu escopo diretrizes da Lei Complementar 101/2009, onde previa o mínimo de 3% das vendas dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS) para a recuperação, valorização e fomento da atividade cultural do espaço. No próprio site do Porto Maravilha constava restaurações de galpões, laboratório de arqueologia urbana, centro cultural, circuito histórico da celebração da herança africana e dos museus da Arte e do Amanhã. Este último, inaugurado em 2015 na Praça Mauá, tendo patrocínio de empresas privadas e investimento em torno de R\$ 230 milhões. Há menos de 1km, está o sítio arqueológico do Cais do Valongo, que recebeu apenas uma placa.

Os CEPACS foram vendidos em forma de leilões pela Caixa Econômica Federal, pois a maioria dos terrenos e galpões inutilizados na localidade eram da União e o investimento inicial do projeto foi retirado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mesmo havendo menções no escopo do Porto Maravilha para planos de habitação popular, a realidade observada hoje são de edifícios comerciais e residenciais modernos que mudaram a imagem dos bairros.

Já nas primeiras obras, a Prefeitura efetuou ordem de despejos em vários casarões antigos que funcionavam como cortiços, onde moravam grande parcela da população em situação vulnerável. As obras da Orla do Conde, da Via Binário do Porto, dos túneis Rio 45º e Marcello Alencar e, a revitalização do Morro da Conceição, de fato realçou a paisagem que antes era esquecida, mas, ao mesmo tempo, retirou os moradores da zona portuária e elitizou o espaço.

A partir deste panorama busquei fontes de informação sobre o assunto, tanto históricas quanto atuais. Iniciando por entender o quê, quando, como e por que foi construído o Cais do Valongo. Fui estudando a história de formação e habitação da zona portuária até chegar ao atual Porto Maravilha. Precisei vasculhar documentos, me atentar a dados e recorrer a entrevistas para ter maior compreensão de mais de dois séculos de conflito e resistência na Pequena África. Por isso, juntamente com o caráter social que busco empregar, o gênero jornalístico de reportagem foi se constituindo.

A reportagem contém cinco seções, nomeadas com intertítulos que expressam a ênfase de cada parte. Após a introdução sobre o conteúdo geral, justificando a pertinência do tema escolhido, a primeira seção é sobre advento do Projeto Porto Maravilha. Em seguida, busquei um panorama sobre o início da

habitação da zona portuária e as transformações que a região sofreu por causa das reformas urbanas. Na terceira seção, são apresentadas algumas práticas de resistência da cultura e da população negra contra mecanismos de exclusão. Após isso, na quarta parte, o conteúdo é sobre a construção do Cais do Valongo e sobre o que ele influenciou tanto na sua origem como na sua “redescoberta”. A última parte apresenta exemplos de resistência da população e a luta para manter sua identidade na zona portuária, mesmo com a ameaça do capital e do Estado.

O memorial apresenta um capítulo sobre procedimentos que contribuíram para a manutenção do racismo no Brasil e um capítulo sobre o produto jornalístico de grande reportagem, com o intuito de demonstrar as características que possibilitaram a redação da minha reportagem. Logo após, consta a pauta estendida com todos os aspectos e direcionamento que tive para a escrita do produto final. Sucedendo a pauta, está o diário de campo, que relata toda a trajetória do trabalho desde a escolha do seu tema. No desfecho, compreendo minhas considerações finais após todo o proceder do trabalho e do conhecimento obtido, finalizando com a grande reportagem disponibilizada em anexo.

2. Mecanismos que perpetuaram o racismo

Desde o período colonial, marcado pelo sistema escravocrata, o Brasil é palco de intensos processos de miscigenação entre diversos grupos étnicos, como europeus, indígenas e africanos. Esse cruzamento de culturas e raças resultou em uma diversidade ímpar, trazendo o legado desse sistema cruel que é sentido até os dias atuais, com a discriminação e exclusão social dos afrodescendentes. Por isso, as análises sobre alguns dos aspectos históricos, sociais e culturais, se faz relevante para entendimento das implicações ainda vigentes desse fenômeno, assim como a resistência e a herança admitida para a sociedade brasileira.

Porfírio, Blum e Silva (2021) afirmam que o modelo escravagista no Brasil iniciou logo após a chegada dos portugueses no século XVI; e os colonizadores tentaram utilizar a mão de obra indígena para a realização de trabalhos nas atividades econômicas. Mas, devido a fatores como a resistência indígena, a alta mortalidade e o alto custo que a Coroa portuguesa tinha, essa tentativa tornou-se inviável para suprir a demanda de trabalhadores. Foi então que teve início o tráfico de negros africanos para o Brasil.

Naquele momento, a produção açucareira era realizada com uso de mão de obra escrava indígena, os chamados negros da terra. Entretanto, a quantidade de escravos provenientes das guerras intertribais não era suficiente para ampliar o sistema de produção e suprir a crescente demanda de importação europeia, além de acarretar um aumento considerável nos gastos da Coroa portuguesa (Porfírio; Blum, Silva, 2021,p.37).

Continuando a explicação, os autores descrevem que os africanos, quando chegaram ao Brasil, eram vendidos em leilões e distribuídos para trabalhar em substituição aos indígenas e considerados propriedade dos seus donos, sendo submetidos a um regime de trabalho forçado e sofrendo violências físicas e psicológicas, e que “era comum o uso de chicotes e correntes de metais, sendo frequentes marcas e mutilações pelo corpo” (Porfírio, Blum e Silva, 2021, p.38).

Segundo Santos (1984), o pensamento escravista europeu adveio da idealização de superioridade social desde a Antiga Grécia - onde os indivíduos que não falavam seu idioma eram considerados bárbaros – e em Roma, onde os bárbaros eram os povos que não tinham organização embasada nas leis. Seguindo

a mesma ideologia, os indígenas e negros foram colocados como povos inferiores na América, por não seguirem o modelo considerado ideal proveniente da Europa.

O opressor procurava uma forma para justificar seus atos hediondos e afirmava que trazia o progresso para os povos bárbaros, colocando-se na posição de superioridade em relação ao outro e julgando qual o modelo ideal e certo para se seguir. Por isso, “os europeus começaram a pregar que os povos de cor, que habitavam os três continentes, eram assim mesmo, incapazes e servis” (Santos, 1984, p.24).

O mesmo autor explica que a discriminação muda para a cor da pele. Agora são bárbaros e inferiores os negros, mestiços, indígenas e orientais e, o racismo que antes era cultural, agora é biológico, sendo as características físicas das pessoas fator determinante. A cor da pele é o principal recurso dessa comparação. Assim, ao longo da história brasileira, o discurso da mestiçagem se apresentou como uma forma de aliviar as tensões raciais e construir uma identidade nacional. No entanto, o termo “mestiço” foi, e continua sendo, utilizado de forma pejorativa para se referir àqueles que não se enquadram nos padrões estéticos eurocêntricos.

No decorrer dos séculos a América, a Europa e a África nutriram um intenso contato colonial, admitindo um trânsito de ideias e culturas que excederam as relações de escravidão cominadas aos africanos. Destaca-se aqui as relações sociais que permearam o contato Brasil-África e o eficaz reforço cultural que se deu por essas relações, assinaladas pela escravidão e que, ocorreram também, por trocas culturais e um método de mestiçagem único na história. Essa concepção agrega-se à carência de abrangência da história africana que abona ideias pré-concebidas sobre a África, próximas do conceito exposto por Hegel (1995):

A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui representado apenas como limiar da história do mundo (Hegel, 1995, p.174).

Anteriormente, havia possibilidade de se notar uma falta de estudos no Brasil sobre a África proveniente de uma história europeizada, que não se preocupava em incluir a eficácia das relações existentes no continente africano antes da chegada dos europeus, como expôs Hegel. Neste contexto, a África é salientada somente

após seu contato com a Europa. Existem motivos explicativos desse descaso nos estudos africanos e a melhor explicação são os caminhos adotados pela historiografia que abordou o tema conforme a tradição.

Para Oliva (2004), existem no mínimo três tipos de abordagens historiográficas sobre a África. A primeira representa a “negação da historicidade dos africanos”, composta por pensadores em meados do século XIX, época em que o progresso, evolucionismo e o darwinismo era a maneira de explicar as sociedades contemporâneas e, a História da África era subordinada à essência da história europeia. Hegel (1995) fornece um conceito desses pensamentos lançados sobre a África.

Para os historiadores do século XIX ou da virada para o XX, a história da África – vivenciada ou contada – teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do continente”, afinal, demonstra o autor, pensava-se que “os africanos seriam incapazes, portanto, de qualquer criação maior, fosse no campo da agricultura, das tecnologias, das construções (Hegel, 1995, p.20).

Múltiplos estudiosos pesquisaram teorias no século XX para comprovar que a terminação dos indivíduos afro-brasileiros seria com o cruzamento das raças, e que com o passar dos anos, apenas o homem branco restaria. Começaram assim, surgir estudos embasados na ciência, propendendo confirmar os diferenciais raciais entre os arianos (raça pura) e os infectos (negros e judeus), principalmente, após a Primeira Guerra Mundial e no decorrer da Segunda Guerra mundial. Através dessas teorias, difundiram e reforçaram os estereótipos e costumes discriminatórios contra outras raças.

Conforme entendimento de Nascimento (2016), o Brasil sempre quis provar não ser um país racista e que todos os indivíduos possuem direitos iguais, mas a afirmação de igualdade era errada. O fator racial importava, e comprovando essa afirmativa, foram os africanos e afro-brasileiros os escravizados e não os brancos europeus. As desigualdades sociais eram geradas pela raça que a pessoa pertencia.

Desse modo, as divergências e os conflitos raciais teriam acabados de forma pacífica através da miscigenação da população. Assim, nega-se as características das pessoas negras para enaltecer o fenótipo branco e europeu que o Brasil tanto almeja. Nesta questão, para o afrodescendente ser aceito nos círculos sociais, ele tem que se embranquecer, mudando seus modos de vestir e agir para ficar próximo do perfil aceito pela maioria das pessoas. Em vista disso: Temos então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como

brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante (Nascimento, 2016, p.90).

Os resquícios dessa política estão em discursos que estruturam a sociedade brasileira, como beleza “branca”, por ser uma visão de estética que forçou e força a população negra a inferiorizar seus atributos em comparação aos de brancos. Outro exemplo vincula-se à democracia racial, que entende o racismo brasileiro como nulo ou menos ofensivo. Isto porque, o Brasil tem um processo de miscigenação tão forte que relativiza a escravidão e a sociedade pós-abolição, igualando racialmente a população. Segundo Figueiredo e Grosfoguel (2009), em comparação com outros países que passaram pela escravidão e colonização, como os Estados Unidos, que autenticou a segregação racial no legislativo, a miscigenação no Brasil foi uma forma para terminar com o racismo.

Nascimento (2016) afirma que o ato da abolição não se diferenciou por uma meditação analítica sobre os horrores da escravidão, tendo em vista, que a classe dominante tinha preocupações implícitas por meio dessas ações. Neste aspecto, para apagar o sangue negro atualizado no corpo social, as políticas imigratórias foram estimuladas para a mistura das raças e prevalecimento da supremacia branca, além do que, “teorias científicas forneceram suporte vital ao racismo ariano que se propunha erradicar o negro.” (p. 85).

A miscigenação brasileira é proveniente de uma inclusão de poder, indicando uma ascendência explícita sobre os corpos negros, debelados por uma hierarquia de gerência e subordinação. Assim, discutir miscigenação é pensar sobre assuntos de gênero, raça e classe pelos séculos que formaram estruturalmente uma alma racista e excludente, que nacionaliza disparidades sociais.

Por sua vez, Munanga (1999) especifica essa crítica à miscigenação, ao indicar que esta arquitetou-se por estupros, relações inter-raciais não acatadas ou dessimétricas, levando em consideração que as escravas não podiam se recusar em ter relações sexuais. Seus corpos foram depreciados e abusados, como se sua valorização pendesse sobre práticas sexuais obrigadas.

Nesse contexto, as escravas negras, vítimas fáceis, vulneráveis a qualquer agressão sexual de senhor branco, foram em sua maioria transformadas em prostitutas como meios de renda e impedidas de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. Abdias considera absurdo apresentar o mulato que, na sua origem, é o fruto desse

covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil (Munanga, 1999, p. 91).

Segundo Ferreira (2012), na Universidade Federal de Minas Gerais fez-se o estudo de mais de 500 anos de miscigenação no Brasil. Usando o método de isolamento genético de características constantes passadas de pais para filhos durante séculos, os resultados foram que cerca de 90% dos traços paternos são de origem europeia, enquanto 60% dos aspectos maternos eram de origem ameríndia ou negra. O resultado comprova que a maioria das características herdadas do europeu branco advém do homem, enquanto características negras e indígenas vem da mulher. Ou seja, a maioria possui traços europeus herdados dos antepassados masculinos e traços indígenas e africanos herdados de antepassados femininos. Por esta pesquisa, comprova-se que o colonizador europeu teve uma descendência abundante com escravas e nativas.

Com a miscigenação forçada, ao passar dos anos, a identidade pessoal dessas pessoas é colocada em perigo, quando são constrangidas a adotarem um padrão cominado pela classe dominante. A reflexão sobre suas características pode não ocorrer, pois são abafadas por um semblante tido como o ideal e adequado pela sociedade e propagado pelos meios de comunicação. Assim, ocorreu o silêncio em todas as estruturas da sociedade brasileira, desde a política, educação e nas relações sociais, onde que os negros são excluídos ou não entram nas discussões. Por conseguinte, conforme diz Nascimento (1978, p. 93):

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais do governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.

Essa democracia racial que o país declara é apenas um racismo dissimulado e institucionalizado nas estruturas da sociedade. A consideração sobre igualdade é muito discutida no país, mas as imunidades e ensejos são posse de somente uma parcela da população. Sabe-se que a eliminação dos africanos e afro-brasileiros ocorreu pela miscigenação. Esta palavra pode constituir mistura de raças, conforme sites e dicionários, mas seu objetivo indica um entendimento racista e desumano de silêncio da cultura africana e afro-brasileira.

Atualmente, entende-se esse pensamento por “Mito da Democracia Racial”, que admite a homogeneização da cultura brasileira e o fim de uma história aperfeiçoada pela pluralidade identitária, que ignora a colonização. Conforme Munanga (2004), esse “mito” permitiu a dissimulação da desigualdade social e racial “impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência de seus sutis mecanismos de exclusão na qual são vítimas na sociedade.”(p.89).

Com a ausência de políticas públicas e de amparo por parte do Estado após a Abolição, juntamente com a continuidade da discriminação racial, a inserção dos novos cidadãos na sociedade era improvável. A falta de educação e de oportunidades de trabalho continuou a excluir muitos negros da vida econômica e social do país, perpetuando a desigualdade racial.

No Período Colonial e Imperial e até metade da República, o racismo e preconceito contra os negros eram mais explícitos e manifestos. Mas, quando a Constituição da República Federativa de 1988 foi outorgada, as práticas discriminatórias são reprimidas e o racismo passou a ser implícito, mas presente nas interações sociais.

Desse modo, o racismo estrutural é o resultado de uma consciência histórica, regulado pelo mito da democracia racial, que é um racismo velado, nacionalizado e estrutural. Segundo Follman (2018), o Brasil é uma “sociedade estrutural e mentalmente alienada com relação à sua própria história, a qual foi sistematicamente falseada”.(p.152).

Portanto, entende-se que o racismo impregnou-se no pensamento dos brasileiros, propagando estereótipos e frases preconceituosas. Segundo Almeida (2018), existem três entendimentos de racismo presente na sociedade. O primeiro diz respeito ao racismo individualista, o qual acontece de forma individual ou grupal, mas que não culpa a instituição ou a estrutura pelas ações dos indivíduos, suas atitudes preconceituosas derivam da educação e do comportamento. O segundo refere-se ao racismo institucional, que atua através de normas que são impostas pelo grupo dominante, naturalizando certas atitudes discriminatórias e dominando através das regras, impondo poder do grupo tido como superior. O terceiro denomina-se racismo estrutural, porque se temos uma instituição que promove o privilégio de certo grupo racial, por consequência teremos uma estrutura que reflete suas ações. Desse modo, a instituição é racista, porque a sociedade é racista. Ainda

contextualizando este último termo, a estrutura é gerenciada por apenas uma raça, propagando atitudes da instituição que serão derivadas daquela organização. Dessa maneira, o racismo é estrutural. “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” (Almeida, 2018, p.38).

Por este entendimento, quando o racismo é estrutural, ocorre uma normalização de papéis entre brancos e negros, que está arraigada no corpo social. Ao vermos pessoas ocupando cargos de poder que não são brancas, ocorre um estranhamento com a situação, existindo um processo que movimenta essas ideias e promove esta normalidade. A ideologia atua na manutenção dessas práticas discriminatórias e preconceituosas.

Assim, as ideias são perpassadas por alguém, por algum veículo institucional, escolas, relações familiares e mídia, que contribuem para essa difusão. Quando vemos pessoas brancas em posição de destaque na mídia, grandes feitos dos homens brancos nos livros de histórias e a valorização dos perfis brancos em nossas relações sociais, vemos a naturalização do branco no poder e do negro em posições de subservientes. Também ocorre ao contrário, quando na maioria das vezes, as mulheres negras são retratadas pelas mídias como domésticas, enquanto os homens negros retratados como seguranças, motoristas ou consumidores de drogas e grandes traficantes. Esta associação reforça estereótipos que ajudam na conservação do racismo e na concepção de novos estereótipos.

Ainda conforme Almeida (2018), outra grande problemática enfrentada é o conceito de meritocracia. Quando representantes indígenas ou negros e mestiços conseguem chegar em posições de destaque, a meritocracia é a justificativa perfeita para dissimular o racismo e a democracia racial. Se uma pessoa negra consegue chegar a determinado posto, automaticamente existirão indivíduos defendendo que o mérito a encaminhou para tal posição, o que é ilusório na sociedade brasileira.

Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (Almeida, 2018, p.63).

Mesmo com todos esses aparatos que colocaram e mantiveram a população negra e afrodescendente na base da pirâmide social do país, a luta por seus direitos e a resistência por meio de sua cultura, constituiu grande parte da identidade nacional.

2.1. Traços culturais oriundos da cultura negra

Tanto o racismo estrutural quanto a relação de mérito e poder, desvaloriza a influência da cultura africana no desenvolvimento da identidade nacional brasileira. Desde a escravidão até os dias e hoje, os africanos e seus descendentes cooperaram expressivamente para a construção de uma identidade cultural diversa e única no Brasil, que se manifesta em diversas formas no âmbito social e cultural.

Em suma, apesar de toda a dificuldade encontrada, e muito ter se perdido, a contribuição do povo africano para a formação brasileira foi primordial tanto na composição física da população quanto na conformação do que viria a ser cultura. Isso inclui várias dimensões, como a culinária, língua, música, religião, estética, valores sociais e estruturas mentais (Da Silva, 2014, p.29).

Presente nesta diversidade de influência na construção da identidade do país, está o gênero musical samba. Conforme Jost (2015), o samba formatado especialmente no Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930 é um dos pontos fundamentais para os debates sociais, pois representa uma característica coletiva da formação da nossa história. A sua constituição como gênero musical híbrido, autentifica a miscigenação de culturas e é ferramenta de imersão de voz de um grupo socialmente marginalizado.

Este samba, que logo se transformaria na “raiz” da cultura oficial brasileira, e que seria utilizado de forma indiscriminada como produto brasileiro de exportação e de representação da nação perante o mundo, é, portanto, termo de uma disputa que sempre esteve e permanece até hoje na agenda de debate nos meios culturais e intelectuais do país. Entre as noções de resistência ou interação, de imposição ou conciliação, ficou o sambista, fruto de uma expressão que, independente da sua emergência como dado histórico, serve a nós, brasileiros, como uma ancestralidade de natureza cultural (Jost, 2015, p.116-117).

Dentre vários locais, um de grande prestígio na criação do gênero é a região portuária, e adjacências, da cidade do Rio de Janeiro. Existe uma grande contribuição cultural e musical do samba consolidado até os dias de hoje tendo

como marco a localidade denominada Pedra do Sal, no Morro da Conceição, onde nas primeiras décadas do século XX, foi considerada um local de acolhimento dos negros que chegavam ao Rio de Janeiro. Local onde se cantava e dançava o samba carioca, que se apresenta desde sua origem como ferramenta de expressão da identidade cultural da população negra, também foi lugar da primeira escola de samba do Brasil, “A Vizinha Faladeira”, fundada no bairro Santo Cristo, também pertencente à zona portuária carioca (CCC/Iphan, 2007).

Tendo como marco a localidade denominada Pedra do Sal, no morro da Conceição na zona portuária do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, o samba carioca se apresenta desde sua origem como um elemento de expressão da identidade cultural da população negra.[...]Essa população marginalizada se reuniu na região conhecida como Cidade Nova e em torno da casa da baiana Tia Ciata, formou um poderoso núcleo de resistência cultural, cuja produção vigorosa começou a furar o bloqueio social, econômico e geográfico. Em 1917, pela primeira vez, um selo de disco de 78 r.p.m. trouxe, no campo reservado à descrição do gênero musical, a palavra samba (CCC/Iphan, 2007, p.13).

Grandes artistas atuais do gênero cantam suas músicas mas sempre resgatam sambas antigos. Exemplo disto, são os grandes shows em forma de roda de samba, onde os sambistas mais novos sempre cantam músicas de Donga, Pixinguinha, Jovelina Pérola Negra, Cartola, Almir Guineto e Arlindo Cruz - descendentes que ajudaram a dar o lugar que o samba tem hoje. O samba é tão relevante que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o reconheceu como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2005, e o Iphan reconheceu as matrizes do samba como patrimônio imaterial em 2007, legitimando sua imprescindível contribuição histórica, social e artística.

Segundo Dos Reis Sampaio (2011), a chegada dos negros baianos, acrescido dos negros vindos diretamente da África que já estavam no Rio de Janeiro, é tratada como o marco da criação do espaço geográfico da zona portuária como lugar de identidade negra, onde foi reduto do samba e das religiões de matriz africana.

No Brasil, as relações entre os africanos e afrodescendentes se dava por sua religiosidade e costume de dança e música, sendo os centros de candomblé lugares de acolhimento e restabelecimento de união, assim como os locais onde os batuques dos atabaques ramificaram para o samba. Talvez por isso que a religião sempre foi injuriada, tendo até que passar pelo sincretismo católico candomblecista (criando a umbanda) e o samba sendo alvo de preconceito. Por anos, esses dois

traços da cultura africana foram ferramentas de coalizão e resiliência perante aos ataques sofridos, sendo motivo de fé para os descendentes, que possuem uma relação mais estreita com a sua cultura através dos terreiros.

Primeiro porque estes escravos não tiveram seus laços familiares rompidos como ocorria aqui desde o início da escravidão e, segundo, porque vinham de cidades relativamente organizadas dentro dos padrões modernos de urbanidade e muitas vezes mais desenvolvidas que as cidades existentes em nosso país, o que lhes conferia uma compreensão mais elaborada e complexa de certos valores comunitários. Dessa forma, conseguiram manter minimamente organizadas heranças e práticas sociais desenvolvidas em suas sociedades de origem. Isso é fundamental para compreendermos a força com que a cultura iorubana conseguiu se manter no Brasil e influenciar nossas práticas religiosas e culturais (Jost, 2015, p.121-122).

Segundo Da Silva (2014), o preconceito religioso e a falta de aceitação das religiões originárias da África vem desde a época da colonização no século XVI, por causa do poder que a Igreja Católica possuía nos países europeus e conseqüentemente em suas colônias. Como resposta a essa perseguição, as comunidades negras desenvolveram o sincretismo, que é a mescla entre o candomblé e o catolicismo, permitindo assim continuar a adorar seus deuses, mas de uma maneira que fosse aceitável aos olhos dos colonizadores. Assim, os orixás passaram a ser chamados também de santos, como Ogum, que no sincretismo é São Jorge, ou Oxóssi, que virou São Sebastião. Nascimento (1978), também disserta sobre o sincretismo como ferramenta de resistência contra a sociedade dominante católica:

Entre outros, Roger Bastide demonstrou exaustivamente o contrário; que longe de resultar de troca livre e de opção aberta, o sincretismo católico-africano decorre da necessidade que o africano e seu descendente teve de proteger suas crenças religiosas contra as investidas destruidoras da sociedade dominante. As religiões africanas efetivamente postas fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização. O catolicismo, como a religião oficial do Estado, mantinha o monopólio da prática religiosa. Os escravos se viram assim forçados a cultuar, aparentemente, os deuses estranhos, mas sob o nome dos santos católicos guardaram, no coração aquecido pelo fogo de Xangô, suas verdadeiras divindades: os Orixás.(...)Os negros fizeram uma inversão na fórmula e sacaram dela resultado positivo à preservação e continuidade da sua religião. Tem sido o sincretismo mais outra técnica de resistência cultural afro-brasileira do que qualquer das explicações "científicas" propagadas com fito domesticador (Nascimento, 1978, p.108).

Com o passar dos anos e a diversidade religiosa presente no Brasil, se fez necessário a criação do artigo 5º, inciso VI da Constituição de 1988, onde constitui a liberdade de culto como um direito fundamental, garantindo a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença e assegurando o pleno exercício das práticas religiosas e a prestação de assistência religiosa em instituições de internação coletiva, sejam elas civis ou militares. Além disso, perante a Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989, que foi alterada pela Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997, injúrias e atos preconceituosos ocasionados por preconceito de raça, cor, etnia e religião é tipificado como crime.

Deploravelmente, o período da escravidão foi um capítulo sombrio de nossa história e deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A história do negro brasileiro é tratada com desprezo e comunicada com atitude inferior. Segundo Munanga (1999), a população negra contemporânea herdou também a estigmatização e a exclusão das posições de comando, carregando consigo a negação de humanidade e a inferiorização de sua cultura. E, por mais que haja conquistas tangíveis, ainda não há igualdade étnico-racial.

Por todos esses eventos, é determinante afrontar esse legado racista e de segregação, solicitando ações afirmativas e políticas de reparação para dissipar as desigualdades históricas, para que haja a inclusão social efetiva dos afrodescendentes. Sobretudo, compreendendo a história dos escravizados, valoriza-se sua resistência, resgata suas contribuições culturais e trabalha por uma sociedade mais justa, onde todos sejam reconhecidos em sua dignidade.

3. Reportagem como ferramenta do Jornalismo

Segundo (Lage, 2001) os primeiros jornais começaram a ser publicados em 1609, e eram chamados de publicismos, por serem veiculados com assuntos políticos e comerciais ligados à burguesia e à aristocracia. Após a Revolução Industrial, as cidades aumentaram seu contingente por conta do aumento de operários das indústrias e as publicações teriam que abranger esse grande público.

Foi necessário mudar progressivamente o estilo das matérias que os jornais publicavam. A retórica do jornalismo publicista era impenetrável para os novos leitores, herdeiros de uma tradição de cultura popular muito mais objetiva. Além disso, a guerra de opiniões perdia interesse porque não havia, como antes, aristocracia poderosa para se opor ao pensamento burguês e a organização dos operários para a ação política contínua sempre esbarrou em grandes obstáculos – quando não a repressão policial, a recessão econômica (Lage, 2001, p.5).

Com o aumento das atividades industriais e o aumento de tiragens para um maior público, os jornais passaram a ser subsidiados por anúncios e propagandas. O jornal mais lido, que fosse mais interessante ao público, gerava mais lucro para os anunciantes e também mais dinheiro para os jornais. Por conta disso, a escrita, que antes era informativa para os mais abastados, teve que se reformular para segurar a atenção e a escolha da população em detrimento de concorrentes. Os veículos começaram a relatar acontecimentos sociais, com linguagem mais popular e eventos imediatos, surgindo a reportagem e os repórteres.

A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode; os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista (Lage, 2001, p.6).

Com o andar das transformações históricas do capitalismo, o jornal teve que ir se remodelando para abranger maior número de pessoas de diferentes classes sociais e origem, em um único local. Por isso também, a informação passou a ser poder, já que a burguesia não conseguia mais mandar ou desmandar em como seria veiculado tal evento. O jornalismo tem sua reviravolta como peça chave de sociabilidade da informação nos Estados Unidos ao fim do século XIX, quando o país recebe grande contingente de imigrantes e passa por aumento de sua economia.

Portanto, a reportagem nasce como gênero em um contexto da imprensa moderna, do capitalismo selvagem, da mecanização dos processos de produção – no bojo da “indústria cultural”–, imersa em uma realidade urbana, complexa, e que demandava cada vez mais explicações (Gonçalves; Dos Santos, Renó, 2015, p.226).

Seguindo a dinâmica do sistema econômico vigente, a monetização das informações não escapou. Para sair na frente dos demais veículos de comunicação, o repórter foi peça crucial para ser os olhos de quem não estaria no local do surgimento do evento, e além disso, passar novidades do fato que ultrapassavam a pesquisa em documentos. Porém, com o novo método aplicado, muitas críticas sobre a manipulação das informações apareceram. Conforme Silva (2018, p. 435), “os documentos dizem suas verdades, mas não contam necessariamente como foram produzidos. Cada escolha narrativa recorta o objeto a ser descrito jogando luz sobre uma parte e deixando outras nas sombras”.

Já no século XX, com o intuito de reportar o fato de forma mais objetiva possível, fez-se necessário a prática de entrevistas de atores e personagens que presenciaram o fato antes, durante e depois e numa forma de compreensão, se aproximando das narrativas imersas no evento (Lima, 2004). Esse tipo de compreensão traz nuances que muitas vezes não seriam encontradas em dados e pesquisas.

Por isso, pela ameaça de fugir da objetividade que o jornalismo propõe, o profissional deve sempre prezar pela ética, mesmo sendo quase impossível relatar um evento completamente cru. O próprio indivíduo já vem com sua forma de olhar crítico, resultante de toda sua experiência como cidadão e profissional, o que ocasiona na escolha de dar mais importância a um ponto do que a outro, pois na sua visão, aquilo é mais relevante para ajudar a decifrar a causa e o contexto do que se quer reportar.

o jornalista é o profissional da imprensa que seleciona os fatos que acontecem no mundo a partir de critérios de valoração, conforme uma complexa interação entre fontes, formas de captação de dados, e mais que isso, sob as influências do contexto histórico, social, político e cultural em que vive. O jornalismo, então, vive e sobrevive nessa rede de fios do passado e do presente, para tecer a narrativa da contemporaneidade, no dever de estar sempre ligado ao vetor da ética (Dos Santos, 2009, p.23).

Em conformidade de se chegar à verdade de fato, também há o uso de fontes que contribuem para o entendimento do jornalista e no exercício das narrativas. Pelo

uso da entrevista, o jornalismo consegue dar maior abrangência a assuntos que meramente foram reportados como marcos singulares, ocasionando uma melhor interação dos fatos com a contribuição dos entrevistados.

3.1. Reportagem, fontes e entrevistas

Além de, evidentemente, se recorrer a dados históricos para entender o contexto contemporâneo, no jornalismo, a reportagem se destaca em fazer entender o presente a partir do passado. Para a garantia da credibilidade da reportagem, de acordo com Dos Santos (2009), a “apuração correta das informações [...], o cruzamento de dados documentais e outras técnicas investigativas são utilizados com o intuito de se chegar à verdade do fato” (p.28).

De acordo com Lage (2001), as fontes têm natureza pessoal, institucional ou documental (p.27) e podem ser classificadas como: i) oficiais, oficiosas e independentes; ii) primárias e secundárias e; iii) testemunhas e experts.

As fontes oficiais são condicionadas ao Estado, e são consideradas como as mais confiáveis, apesar de manipular certas informações a fim de preservar a imagem e a credibilidade da própria instituição. É necessário ter atenção e investigar mais a fundo se as informações passadas são realmente verdadeiras, pois como diz Lage as fontes oficiais “sonegam informações de que efetivamente dispõem [...] destacam aspectos da realidade que convêm às instituições [...] alegam dificuldades inexistentes para desestimular quem procura informar-se” (2001, p.28).

As fontes oficiosas são associadas a determinadas instituições ou sujeitos, mas não são vistas como porta-voz oficial. Muitas das vezes são de extrema importância pois podem repassar elementos que foram omitidos pelas fontes oficiais, e por isso, devem permanecer no anonimato. O recurso dessas pode ser usado “com o objetivo de medir reações e que, portanto, provavelmente não se confirmarão” (p.28), a fim de confrontar alguma informação que pareça ser enviesada por algum resguardo da própria instituição ou do próprio sujeito. Já as fontes independentes são tidas como não governamentais ou sem fins lucrativos e

“o êxito de sua retórica depende fundamentalmente de serem considerados “agentes espontâneos” e “desvinculados de qualquer interesse” (2001, p.29).

As fontes primárias e secundárias se complementam para o entendimento de um certo assunto. As primárias são as indispensáveis, servindo de base para a reportagem pois “ fornecem fatos, versões e números”.(p.29). As secundárias vão contribuir na elaboração das pautas e das possíveis angulações, além de servir para contrapor as fontes primárias no intuito de chegar na sua veracidade.

[...] imaginemos que se vai escrever sobre a descoberta acidental de peças antigas - moedas, cerâmica - numa escavação urbana. A fonte primária são os descobridores; mas o valor da descoberta será melhor aferido se o depoimento deles for confrontado com a opinião de historiadores ou com documentos do arquivo municipal - ambos atuando como fontes secundárias (Lage, 2001, p.29).

Nas fontes testemunhas e experts, a própria nomenclatura já induz sua importância para a colaboração de entendimento de um assunto ou evento que se quer noticiar. Para o caso das testemunhas, Lage recomenda que sejam recorridas o mais imediato possível, para não haver distorções, mesmo que fortuitamente. As fontes experts são os especialistas em determinados assuntos, e quase sempre são utilizadas como fontes secundárias para ter um aprofundamento e maior abrangência de contexto sobre um caso. Para não ficar refém de uma determinada interpretação destas fontes, faz-se necessário diversificar os sujeitos e a área de especialidade proveniente de cada um. “Um bom princípio – comprovam os estudos de probabilidade – é só confiar inteiramente em histórias contadas por três fontes que não se conhecem nem trocaram informações entre si. Toma-se como verdade, aí, o que é o mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação” (Lage, 2001, p.29).

3.2. Reportagem ou notícia?

A reportagem foge das notícias diárias, que precisam ser imediatistas, não dando tempo hábil para uma apuração mais aguçada. A intenção de uma reportagem é entender os assuntos que passam despercebidos, que muitas das vezes, movimenta a angulação para chegar a outro ponto central. Ainda segundo Dos Santos (2009), “[...] o jornalismo na grande reportagem se torna fértil para os desvendamentos e revelações do cotidiano, para mostrar as diversas vozes, os

diversos saberes, as diversas realidades, os diversos grupos e suas identidades, as histórias de vida”. (p.26).

Por conta do objetivo, conforme Dos Santos (2009) e Lima (2004), a pauta de uma reportagem deve conter em seu pressuposto certa liberdade de temática, angulação, fontes e a não linearidade temporal. Por meio das entrevistas que o jornalista, de uso de sua técnica e apuração, interpretará nos relatos o que de fato será mais importante de reportar a fim de complementar seu produto final.

Embora se espere que o jornalista seja imparcial na construção do texto informativo, como dita a ultrapassada teoria do Espelho, ao selecionar e hierarquizar informações a capacidade interpretativa do repórter sempre estará presente. Algumas vezes a interpretação atinja níveis altos, sendo percebida na linguagem da composição (De Oliveira, Seixas, 2011,p.7).

Além dos relatos orais feitos pelos entrevistados, sejam especialistas em determinado assunto ou pessoas comuns, chamados personagens nos núcleos jornalísticos (Lobato, 2016), a comunicação não-verbal também ajuda a interpretarmos algumas informações que eles passam. Em consequente, a necessidade de aproximar o receptor da mensagem, causando ligação de sentimentos humanos, a questão de inserção de imagens e vídeos se fez necessária ao longo dos anos.

A construção dramática e diegética das cenas envolve o trabalho de reforço da narratividade – ou seja, a elaboração estrutural de uma narrativa moldada a partir de um conflito ou intriga que move personagens, funções, sequências e cenas específicas para a produção de sentido, de maneira mais intensa do que na notícia convencional, a fim de construir laços de identificação com o espectador (Lobato, 2016, p.74).

Não basta somente repassar a informação pretendida de forma objetiva. A reportagem se estende, não só pela metodologia praticada em tal gênero, mas pela subjetividade que a narrativa pode alcançar em detrimento de várias interpretações. O jornalista tem suas intenções, mas também dá liberdade ao “receptor” de entender e dar sentido à mensagem. Como diz Silva (2018, p. 436), “se o imaginário libera sentidos que as convenções de um tempo podem bloquear, o que nos diz uma obra – filme, livro, crônica, uma letra de canção, uma biografia – [...]. O intérprete não se vincula ao vivido como uma tela em branco. A lente e a tela encontram-se numa relação que pode ser acionada livremente”.

A reportagem, tendo como um de seus pilares a entrevista, depende da conexão do interlocutor (entrevistado) com o discurso proposto pelo jornalista. A entrevista serve para dar novos horizontes aos dados coletados, usando da interpretação do entrevistado para expandir os meios de se abordar um determinado fato e procurar novas vertentes que não tenham sido noticiadas anteriormente. Quanto às suas classificações, fica a depender dos objetivos ou de determinadas circunstâncias. Como ressalta Lage (2001), quando provém do objetivo, as entrevistas podem ser caracterizadas em: rituais, quando a relevância está no entrevistado, como um atleta após finalizar uma corrida; temáticas, quando o entrevistado tem forte conhecimento sobre o tema proposto; testemunhais, quando o entrevistado presencia algum fato e; em profundidade, quando o objetivo é construir uma narrativa a partir das impressões do entrevistado.

Quando são realizadas com base nas circunstâncias são consideradas como: ocasionais, quando não são pré-combinadas entre as partes, podendo surgir alguma declaração espontânea; confrontos, quando o repórter cria embate de argumentos contra o entrevistado; coletivas, quando o entrevistado é submetido a vários repórteres que têm um interesse em comum sobre certo assunto e as dialogais, que são marcadas com antecedência dando margem para a preparação do entrevistado, e é construída em perguntas e respostas permitindo aprofundamento do assunto (Lage, 2001).

A caracterizada como dialogal é mencionada como entrevista por excelência por Lage, e para que esse diálogo surja, vem do pressuposto de que aquele personagem tenha em sua concepção sobre o que o discurso pretendido se trata, para que haja o dialogismo necessário para enquadrar a intenção do repórter na matéria produzida. Molon e Viana (2012), baseando nas concepções de Bakhtin, frisam:

Pode-se entender por dialogismo, grosso modo, a compreensão de que qualquer enunciado é intrinsecamente uma resposta a enunciados anteriores e, uma vez concretizado, abre-se à resposta de enunciados futuros. E por enunciado, aqui, compreende-se uma fala verbalizada entre sujeitos reais, um discurso construído sob a forma de um texto, um artigo científico, um poema, etc (Molon, Viana, 2012, p.152).

Portanto, com base nesta ótica, faz-se necessário um diálogo entre especialistas de determinado assunto e pessoas comuns (personagens) ligados a

ele. A partir da construção do diálogo, com base na pretensão que os interlocutores tenham conhecimento dos enunciados do discurso, é que se constroi a informação para o público, que mesmo podendo não ter ciência sobre o assunto abordado, consegue entender o que se quer transmitir, mesmo tendo uma interpretação individual.

Também para a construção de tal entendimento, cabe ao jornalista recorrer a fatos históricos e dados importantes que já fazem parte da memória do público. Como o objetivo é informar e elucidar novas contribuições antes despercebidas, ter enunciados já conhecidos dentro do discurso é de suma importância para que o receptor se situe sobre o assunto transmitido.

O caráter dialógico do discurso evidencia-se na reportagem, pois, o jornalista está em contato direto com o público leitor e também com as fontes selecionadas, além do diálogo estabelecido com outros textos(...) Ainda que a troca efetiva entre sujeitos não se concretize, ou seja, o ato de tomar a palavra implica em uma responsabilidade com o outro e determina o que dizer e a forma de dizer; o enunciado é elaborado considerando as condições de produção e tendo em vista uma possível condição da recepção, o conhecimento do que o outro espera daquele contexto de comunicação (Gonçalves; Dos Santos, Renó, 2015, p.227-228).

Adentrando no que diz respeito ao uso de dados, marcos históricos, fotografias e vídeos, podemos dar-lhes a importância de corroborar para o intuito de se fazer valer o objetivo do discurso. Bakhtin (2006), afirmam que a criação ideológica que há em cada indivíduo vem de um discurso interior baseado em seu meio social e econômico, e que, embora a palavra seja “elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for” (p.38), nenhum signo (a representação de uma coisa por outra), pode ser suplantado pela a palavra.

Em uma reportagem, a narrativa é construída numa base ideológica de um determinado assunto para se propor reflexões mais profundas sobre ele mesmo. No entanto, a intenção de quem a produz não pode ficar dependendo do que o receptor irá interpretar, por isso o uso da linguagem não-verbal, que irá amparar a escrita desde que haja uma relação elementar justificada pela mesma esfera.

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um

estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é fenômeno do mundo exterior (Bakhtin, 2006, p.33).

Os signos utilizados por um jornalista que se propõe a fazer uma reportagem são substancialmente importantes, pois a partir de tais escolhas ele vai angulando a forma como trata o assunto e como quer repassar ao receptor. Ao contrário da notícia, por ser instantânea, mais clara e objetiva do fato, a reportagem permite que o autor consiga permear dentro das ideologias e reportar o fato com uma dinâmica mais abrangente, contextualizando o que causou e os desdobramentos daquele acontecimento. Esse viés também capacita um autor a dar várias contribuições e interpretações para o mesmo fato, como diz Machado (2012, p. 5): “aliás, é a função da reportagem conseguir surpreender e espantar o leitor. Um velho tema pode sempre ser o mote para uma nova reportagem e, apesar de o tema estar esgotado, a reportagem tem essa capacidade [...]”.

A notícia enfatiza o fato, o fenômeno de forma mais bruta, em forma mais linear para ser direta ao ponto. A reportagem é mais independente, podendo ser de um fato atual ou de um fato histórico que pode ser novamente abordado em detrimento de um gancho que ressurgja sua importância. Por isso também, a reportagem tem livre acesso ao tempo, podendo ou não ser linear e sendo menos objetiva ao fato, dando maior destaque ao contexto e à interpretação.

As linhas de tempo e espaço se enriquecem: enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato, a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato (Medina, 1988, p. 115).

Não só pelo imediatismo, mas a notícia se difere da reportagem por sua estrutura e formato. Pelo seu objetivo distinto da reportagem, a notícia tem caráter mais informativo, de modo mais imparcial e relatando apenas o fato. Também por isso, sua estrutura é mais direta, na forma de pirâmide invertida, com os pontos mais cruciais sendo expostos primeiro e os desdobramentos vindo em segundo plano. Para atrair o receptor, tem em seu título o imediatismo do assunto e seus primeiros parágrafos dando uma visão geral sobre o que se trata a notícia, o agente ou sujeito

que produziu o fato, quando ocorreu o evento, o lugar onde ocorreu e como foi o ato em si. Uma apresentação completa das circunstâncias de dado evento (Lage, 2001).

Então, a base da notícia é o fato é a base da reportagem é o acontecimento, que permite a esta um maior aprofundamento da realidade em oposição à fragmentação típica da notícia, por isso que em reportagens geralmente há, além do texto principal, infográficos, imagens, box e cronologia dos fatos (De Oliveira, Seixas, 2011, p.3).

A reportagem é classificada como texto informativo, assim como a notícia (Marques de Melo, 2009); porém, também ganha caráter interpretativo (Beltrão, 2006). Ela tem em seu cerne o ponto de vista de causas e efeitos como princípio, e não o foco em mostrar o enunciado concreto. Por não ser direta ao ponto efêmero de um acontecimento, que ganha visibilidade pelo seu caráter noticioso, a reportagem abre campo de perspectiva para quem a recebe, podendo este dar prioridade ao que convém ser mais importante naquela narrativa.

A reportagem aborda com maior profundidade um tópico (assunto, fato), analisando-o e interpretando-o; e pode trazer de forma explícita ou implícita a opinião de seu autor (ou da instituição que veicula o texto) acerca de tal tópico. Em resumo, grosso modo, a notícia lida com fatos, ao passo que a reportagem lida com assuntos e enfoques ou abordagens que implicam opinião (Tavares, 1997, p.124-125).

O caráter interpretativo é essencial para o jornalista no âmbito de que ele fará as análises críticas do que será ou não relevante para o público, com intenção de informar e orientar, que são conceitos básicos no jornalismo. Beltrão (1976) enfatiza que a interpretação do jornalista, fazendo uso de bom senso e imparcialidade, contribui para um panorama geral de determinado assunto, mas sem tentar ludibriar o entendimento do receptor. Segundo o autor, “a interpretação jornalística consiste no ato de submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos” (Beltrão, 1976, p.12).

A título de exemplificar a distinção de notícia e reportagem relatados acima, podemos usar a questão abordada na reportagem que virá adiante neste trabalho. O evento de promulgação de uma lei ou um descobrimento arqueológico são tratados como notícia, abordando o quê aconteceu, quem são os sujeitos, quando o evento ocorreu, como foi o processo, onde ele ocorreu e o motivo. A reportagem, partindo de tais acontecimentos, foi necessária para aprofundar nas consequências que levaram ao fato e nos efeitos deles, usufruindo de dados históricos para entender o

antes, contemplando entrevistas para entender o durante e interpretando as informações para possibilitar o pós. Além disso, usando de comunicação não verbal como imagens e gráficos para fomentar o diálogo com o possível leitor.

A escolha por uma reportagem em detrimento de outros gêneros jornalísticos foi também pela forma com que a notícia de um fato refletiu durante o tempo, não em forma atual inicial, mas atual pela sua repercussão no modo que um fato se conectou em fatos do passado e na conjuntura do presente. Pelo cenário criado a partir de um fato, atuando num cenário social, que a reportagem foi escolhida para a tentativa de retratar as decorrências dos atos. Se faz necessário abordar o tema como uma reportagem pela complexidade que nele há.

Fator determinante para a circulação de uma notícia é o tempo: o fato deve ser recente e o anúncio do fato, imediato. Este é um dos principais elementos de distinção entre a notícia e outras modalidades de informações. Aqui, talvez, um aspecto importante ao diferenciar notícia de reportagem: a questão da atualidade. Embora a reportagem não prescindia de atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que o seu teor seja eminentemente informativo (Sodré, Ferrarri, 1986, p.18).

De acordo com Gonçalves, Dos Santos e Renó (2015), a reportagem é o gênero que tem em seu anseio a melhor composição para o jornalismo. Para produzi-la é necessário coletar o máximo de dados de fontes diversas, entrevistar testemunhas e especialistas, navegar pelo tempo e usufruir de conexões lógicas entre notícias para constituir uma narrativa que elucide pontos e contrapontos, e que ampliem o entendimento e o pontos de vista do receptor. Apesar de não haver uma configuração concreta por parte de estudiosos e serem enquadradas em diferentes formatos, o conceito central da reportagem é o uso da narrativa, por se tratar de um conteúdo aprofundado e de liberdade interpretativa.

Portanto, o texto jornalístico, em especial a reportagem, foco deste estudo, é produto de um processo de seleção contínuo –seleção que começa pela temática, pelas fontes de informação, pela seleção lexical e também pelo estilo de narrativa mais apropriada para a abordagem proposta. Em cada forma de seleção e em cada opção de como articular as informações podem ser encontradas as marcas da subjetividade do jornalista, que não se mostra abertamente, mas deixa-se entrever pelas escolhas e pelo tom que emprega ao narrar ou comentar fatos (Gonçalves; Dos Santos, Renó, 2015, p.228).

Conjuntamente, a reportagem desfruta do papel social, tanto na forma de compreensão mais aguda de fatos sociais quanto na composição de um novo fenômeno, ou sobre uma visão desconhecida de um episódio decorrido. A partir de uma nova revelação, o jornalista possibilita a inclusão de uma coletividade, ou ideia difundida por ela, que antes era excluída do anseio coletivo. Segundo Gallas (2014, p.53), “o trunfo de um jornalismo produzido nesse contexto de liberdade e preocupação com o interesse público é a possibilidade irrestrita de comunicação de ideias de grupos e indivíduos anteriormente isolados e submetidos às concepções dos detentores da comunicação”.

Como prestador de serviço público, o jornalismo atua na democracia à medida que opera como portador de informação para todos e abre espaço para ser porta-voz de todos. Na reportagem, com o uso das entrevistas, a democratização fica mais evidente, quando o relato de um indivíduo comum debate de frente a instituições e governos.

a democratização da história por meio de relatos de minorias étnicas e sociais; a presença das narrativas do povo contra a hegemonia da história institucionalizada(...)enfim, de diversos segmentos sociais que constituem as sociedades marcadamente históricas. No jornalismo, sobretudo na grande reportagem, essas realidades - múltiplas realidades - devem aflorar (Dos Santos, 2009, p.31).

Por se tratar de conflitos entre a população da Zona Portuária e reformas urbanísticas empreendidas pelo Estado durante os anos, a reportagem foi escolhida em vez de notícia para narrar a história de desenvolvimento do local a partir de um porto de navios negreiros e os apagamentos da memória coletiva do espaço. Conectar um ocorrido do século XIX com um fato do século XXI, buscando mostrar a ligação entre os dois e os desdobramentos que perpetuaram durante o tempo, só foi possível redigindo uma reportagem, a qual compreende a possibilidade de contextualização, ao contrário da notícia que é mais específica e direta.

4. Pauta expandida

4.1. Tema

Preservação cultural e resistência da população afrodescendente na região portuária do Rio de Janeiro; reportagem investigativa e interpretativa.

4.2. Enquadramento

Com a promulgação da Lei Complementar nº 267 de 5 de dezembro de 2023 da cidade do Rio de Janeiro, que instituiu a expansão da Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha até o bairro de São Cristóvão, a questão conflituosa entre a revitalização urbana da cidade e a população que mora na área de atuação das reformas ganhou mais um capítulo. Assunto antigo, desde o início do século XX, com o “bota-abaixo” de Pereira Passos (1902-1906), que retirou a população mais humilde do centro da cidade e culminou na criação de favelas e do subúrbio carioca (Magalhães, 2010, p.40). O Projeto Porto Maravilha, que já atuava na região portuária, causou aumento do preço de alugueis, tarifas de água e energia elétrica, culminando na saída de moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo para outras regiões por causa do alto custo de vida que se estabeleceu. Além disso, muitas famílias tiveram suas casas confiscadas pelo poder público para dar lugar a obras de infraestrutura.

Desde a década de 1980, havia debates para a reestruturação da área, com foco na participação social e moradias populares. Como a maioria dos terrenos localizados na zona portuária eram da União, o Ministério das Cidades estava à frente das negociações. Porém, com a criação do Projeto Porto Maravilha, em 2009, a proposta de reabilitação com a manutenção da população de baixa renda não se efetivou, e o Governo Federal foi posto de lado. Hoje, quem está administrando o projeto são as empreiteiras que lograram êxito nas licitações da Parceria Público-Privada e a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

Contudo, no início das obras em 2011, foram achadas as ruínas do Cais do Valongo na Praça Jornal do Comércio, situada na Avenida Barão de Tefé, no bairro da Saúde. Não só resquícios do solo original do Valongo, mas também os artefatos encontrados que remetem a cultura africana, elucidaram a utilização do cais como porto de navios negreiros e expôs o motivo da região ter grande identificação com a cultura negra. Antes da “descoberta” das ruínas já havia o Instituto dos Pretos Novos, sediado na Rua Pedro Ernesto no bairro da Gamboa, criado no mesmo local onde em 1996 foram encontradas ossadas humanas, que indicaram ser terreno designado como cemitério para os escravizados. A região também abriga a Pedra do Sal, que foi reconhecida como patrimônio cultural estadual do Rio de Janeiro em 1987 por ser símbolo da herança cultural negra e da criação do samba e, a Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal, validada pela Fundação Cultural Palmares em 2005.

Apesar da legitimidade da identidade negra com o território, os moradores que detêm as práticas culturais no local se veem ameaçados pelo processo de gentrificação, que vem acontecendo nos bairros por causa do Porto Maravilha. Segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na região portuária havia 10.098 domicílios, dos quais, apenas 611 apresentavam renda maior que três salários mínimos, o que dificulta a permanência de residentes na mesma casa com os aumentos substanciais de tarifas. Isso fica evidente no Censo demográfico de 2022, do IBGE, que mostra uma redução de 4.959 pessoas entre os anos dos recenseamentos.

Assim como nas reformas de Pereira Passos, a reurbanização proposta pelo Projeto Maravilha levou pretensamente melhorias nos serviços básicos, porém, houve a falta de cuidado com a manutenção da população que já habitava no lugar e a conservação da cultura afro. A reportagem busca mostrar que o modo operacional empreendido nas duas reformas são semelhantes e, a resistência dos cidadãos negros permanece mesmo com a tentativa do apagamento histórico no século XX e agora no século XXI.

4.3. Histórico

Segunda a notícia *Cais do Valongo (RJ) ganha título de Patrimônio Mundial*, publicada em 2017 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a região portuária do Rio de Janeiro foi local do maior porto de chegada de escravizados das Américas, pelo Cais do Valongo, criado em 1811. Localizado entre os morros da Conceição e do Livramento, que formavam um vale longo (Valongo), a região tinha o Cemitério dos Pretos Novos, onde os escravizados que morriam nos navios negreiros eram enterrados, e é local de grande herança cultural negra com a comunidade da Pedra do Sal.

Conforme Lima, Sene, Souza (2016), em 1843, com a chegada da Imperatriz Teresa Cristina de Bourbon ao Brasil, o Cais do Valongo foi soterrado, com o intuito de receber a monarca em um local “mais bonito”, e recebeu o nome de Cais da Imperatriz. De acordo com De Azevedo (2003, p. 39), em 1906, houve um aterramento para a modernização do porto, projetada pelo Governo Federal, no mandato do então presidente Rodrigues Alves. Com a ampliação do porto, uma reformulação urbana em conjunto foi operada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos. Essa reforma ficou conhecida popularmente como “Bota-Abaixo de Pereira Passos”, pelo grande número de demolições que ocorreram.

Em 2011, mais uma obra, do atual Projeto Porto Maravilha, também no mesmo local. O nome fantasioso e mercantil, é uma Operação Urbana Consorciada de parceria público-privada que tinha como objetivo revitalizar a região portuária e fomentar o turismo, o potencial residencial e comercial do local. Todo o projeto foi pensado para receber os eventos internacionais da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que tiveram o Rio de Janeiro como sede. Para o início das obras foi usado como investimento o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da Caixa Econômica Federal.

Segundo Cunha (2015), até as reformas do Porto Maravilha, não havia sequer uma menção à designação original do local: um porto de navios negreiros. Ainda, em conformidade com Vassallo e Cicalo (2015), ao menos duas obras foram empregadas na região, o que resultou no enterro da história e da cultura afro. Porém, com as escavações para as novas construções em 2011, foram encontrados

o solo original do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz, além de os ossos humanos dos escravizados e artigos religiosos de matriz africana.

Com a revitalização antes da Olimpíada e os incentivos oferecidos pela Prefeitura, a região portuária se transformou em grande atração para o mercado mobiliário urbano. Com isso, o metro quadrado contido nos 5 milhões que abrange o Projeto Porto Maravilha, aumentou significativamente, chegando a R\$ 85 m². Tornou-se algo tão lucrativo que, em dezembro de 2023, a Lei Complementar nº 267 estendeu os mesmos preceitos até o bairro de São Cristóvão, aumentando a área de atuação em mais 3,7 milhões de metros quadrados.

Assim, o empreendedorismo urbano tomou conta do local e, guiado pelo capital, o que se vê na prática é a readequação de políticas urbanas para receber indivíduos e empresas com poder aquisitivo para habitar a região. Enquanto isso, a população de baixa renda, que era moradora dos bairros da localidade, em sua grande maioria afrodescendentes, vê sua permanência cada vez mais ameaçada.

4.4. Níveis de informação/ estrutura da reportagem

Cais do Valongo

Cultura negra

Resistência

Rio de Janeiro

Porto Maravilha

4.5. Fontes a serem utilizadas

Referências

- AGOSTINI, Camilla. Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/14932/11924>
- ALVES, Fillipe Alexandre Oliveira. Roteiros de memória: O papel dos guias de turismo na preservação da memória afrodescendente na Zona portuária

- carioca. **Novos Debates**, v. 8, n. 2, 2022.
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/24194>
- AVRITZER, Leonardo et al. Comunidade Quilombola Pedra do Sal. **Coleção Terras de Quilombos**, v. 2, n.9, 2016.
https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/pedra_do_sal.pdf
 - CINTRA BERDU, Livia. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro: novos questionamentos para incontornáveis debates (1904-1913). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 20, 2020.
https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502806709_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf
 - COUTINHO, Rafaella Matos. Cais do valongo, a história esquecida: a luta por direitos fundamentais em face do projeto de reurbanização Porto Maravilha. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/16520>
 - DA COSTA, Flávia Carolina. Construindo formas de habitar: memória e política no contexto revitalizado da região portuária do Rio de Janeiro. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 7, n. 15, p. 93-108, 2020.
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/11229>
 - DA SILVA, Ana Luiza Fernandes. MEMÓRIA DE UM TERRITÓRIO NA PEQUENA ÁFRICA.
https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID1858_TB232_27112023222957.pdf
 - DA SILVA, Karoline Santos. Circuitos negros: táticas de visibilização dos lugares de memória na Pequena África (RJ).
<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-18.pdf>
 - DE MELLO, Flávia Barroso; DE PAULA PESSÔA, Luís Alexandre Grubits. Porto Maravilha: imaginários e identidades no espaço urbano (re) significado. **Interin**, v. 24, n. 1, p. 60-81, 2019.
 - DE OLIVEIRA, Aercio Barbosa. Porto Maravilha: alegoria de um Brasil em

- desencontro com o Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 51, p. 137-153, 2023. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/72470/44901>
- DINIZ, J. Péricles. O papel do jornal na construção social de identidades. **Salvador, Enecult**, 2008. <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14430.pdf>
 - FELIX, Amanda Santos; CONCEIÇÃO, Paulo; DE SOUSA, Francisco José Batista. Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha como Proposta de Legado dos Jogos Olímpicos do Rio: Plano, Metas & Impasses. In: **Anais do III CONGEO (Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território)**. 2018. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123017/2/359708.pdf>
 - FONSECA, Thiago Vinícius Mantuano da. A região portuária do Rio de Janeiro no século XIX: aspectos demográficos e sociais. **Almanack**, p. 166-204, 2019. <https://www.scielo.br/j/alm/a/KFvd4mqQtpBwtsvXSdjMprn/?format=pdf&lang=pt>
 - GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro. **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 362-390, 2019. <https://portal.abant.org.br/aba/files/CAP-146154453.pdf>
 - GURGEL, Argemiro Eloy. Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. **Justiça & História, Porto Alegre**, v. 6, n. 12, p. 1-29, 2008. https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/66364/lei_para_ingles_gurgel.pdf
 - JORDÃO, Rogério Pacheco. **Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro**. 2015. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade), PUC-Rio. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25562/25562.PDF>
 - KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020. https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_E

PISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf

- LIGUORI, Fernanda Pereira. **Reviver centro: novos rumos da questão habitacional no centro do Rio de Janeiro**. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94031>>.

- LIMA, Tania Andrade; SENE, Glauca Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016.
<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/vjWTwK9V4gPSSZWjgVZ8tTb/?format=pdf&lang=pt>

- MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. 2010.

- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Relatório histórico-antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal. **Incra, Relatório de identificação e delimitação da comunidade remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, Rio de Janeiro, INCRA**, p. 11-83, 2010.

- MONTOZA, Henrique Pedro Bresolin. Entre o Cais do Valongo de ontem e o Museu do Amanhã: Guerras de memória no Rio de Janeiro atual (2015-2017). **Mosaico**, v. 9, n. 15, p. 121-141, 2018.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6774477>

- MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 23 set. 2024.

- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20caprao%202.pdf>

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

- SEVERINO, Anthony Matos. Patrimônios em disputa: uma análise dos bens

tombados na Pequena África, Rio de Janeiro. 2022.
<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/18704>

- SIMAS, Luiz Antônio. Dos arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: uma cidade de pequenas Áfricas. Revista Z Cultural, Programa Avançado de Cultura Contemporânea, PACC-UFRJ, n. 15, p. 1-5, 2015.
<https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/dos-arredores-da-praca-onze-aos-terreiros-de-oswaldo-cruz-uma-cidade-de-pequenas-africanas/>
- TOMELIN, Carlos Alberto; FRISONI, Bianka Cappucci; FRISONI, Marcello Cappucci. A Arte do Samba como Mediador de Memória Negra no Roteiro da Gamboa: Pedra do Sal, Largo da Prainha e Cais do Valongo no Rio de Janeiro [Brasil]. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 16, n. 2, 2024.
<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/13069>
- VALLADARES, Wladimir Silva. A resistência negra na cidade do Rio de Janeiro e o seu reflexo na construção do urbano contemporâneo.
<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-08.pdf>
- VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 239-271, 2015.
<https://www.scielo.br/j/ha/a/9GddDnyKHmFvLTyw6Zr35WB/?lang=pt>
- VELLOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço... Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p. 207-243, 1990. <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2303>

Entrevistas

- Gregória Paiva Cardoso - Moradora e empreendedora.
- Maurício Hora - Fotógrafo, membro do Quilombo Pedra do Sal e do Comitê Gestor do Cais do Valongo.
- Prof^ª Tania Andrade Lima - Doutora em Ciências (Arqueologia), pós-doutoranda em História Social e atualmente é professora aposentada do

Departamento de Antropologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Professora Flora d'El Rei Lopes Passos - Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense - PPGAU-UFF (2009-2011). Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
- Profº Claudio Honorato de Paula - Doutor em História pelo PPGH/Unirio, Mestre em História pela UFF e coordenador do Núcleo de pesquisa do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN).

Roteiro de perguntas

- Com a nova Lei nº267/23, de expansão do Projeto Porto Maravilha até o bairro de São Cristóvão, como você enxerga o futuro da região em relação a preservação da cultura afro-brasileira?
- Em quais aspectos podemos relacionar as reformas empreendidas pelo Porto Maravilha e as reformas de Pereira Passos no início do século XX? A habitação da região foi influenciada até que ponto por causa das reformas de Pereira Passos? Isso pode ocorrer com o Porto Maravilha também?
- Como foi o processo de legitimação do Quilombo Pedra do Sal?
- Qual a importância do Sítio Arqueológico do Valongo para o Quilombo Pedra do Sal?
- Entre as reformas feitas na zona portuária, teve alguma que beneficiou realmente a comunidade que reside na região?
- Por que a descoberta do local do Cemitério dos Pretos Novos não teve a mesma repercussão que a do Sítio Arqueológico do Valongo?
- Como você observa o papel da Ordem Terceira de São Francisco nos processos de reurbanização?
- Como fica o direito à moradia dos atuais moradores da região com a implementação da nova revitalização apresentada pelas empreiteiras?
- O poder público teve algum diálogo com os moradores antes de começar as

reformas do Porto Maravilha?

- Quais as maiores mudanças que o Porto Maravilha fez no seu cotidiano?
- Corre o risco de haver outro esquecimento de toda essa memória que retornou com o Sítio Arqueológico?
- Como você vê a disputa do espaço público entre o Projeto Porto Maravilha e os grupos sociais que têm identificação cultural com o lugar? Quais as consequências para a manifestação popular em decorrência da elitização do espaço?
- Qual sua percepção sobre o uso da cultura negra como atração imobiliária e turística? Por quê?
- Tem algum imóvel dedicado a moradias populares?

Informações adicionais (notícias relacionadas e anteriores)

- <https://artebrasileiros.com.br/arte/reportagem/valongo/>
- <https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha/#>
- <https://apublica.org/2016/07/o-porto-maravilha-e-negro/#>
- [https://www.camara.rio/comunicacao/noticias/1921-agora-e-lei-porto-maravilha-recebe-expansao-ate-a-area-de-sao-cristovao#:~:text=Nesta%20quarta-feira%20\(06\),o%20bairro%20de%20São%20Cristóvão.](https://www.camara.rio/comunicacao/noticias/1921-agora-e-lei-porto-maravilha-recebe-expansao-ate-a-area-de-sao-cristovao#:~:text=Nesta%20quarta-feira%20(06),o%20bairro%20de%20São%20Cristóvão.)
- <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/brasil-de-fato-moradia-se-tornou-sinonimo-de-mercadoria-diz-a-exrelatora-da-onu-raquel-rolnik/21585>
- http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/868/1/MD101%20-%20Fórum%20Comunitário%20do%20Porto%20_%20blog%20do%20Fórum%20Comunitário%20do%20Porto%20do%20Rio.pdf
- <https://extra.globo.com/noticias/rio/pequena-africa-renasce-no-cais-do-porto-do-rio-4763936.html>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/rio-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido- crise-financeira>
- <https://www.jll.com.br/pt/tendencias-insights/cidades/residencial-porto-maravilha-aumenta-potencial-da-regiao#:~:text=O%20valor%20médio%20do%200metro,de%20R%24%2077%2Fm².>
- <https://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=14385937>

- <https://carioca.rio/servicos/reviver-centro/>
- <https://caixanoticias.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/2024/03-MARCO/porto-maravilha-fundo-de-investimento-imobiliario-administrado-pela-caixa-impulsiona-a-revitalizacao-da-zona-portuaria-do-rio.aspx>
- <https://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5621886>
- <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/por-um-plano-de-habitacao-d-e-interesse-social-no-porto-maravilha/>
- <https://diariodoporto.com.br/tag/porto-maravilha/>
- <https://diariodorio.com/porto-maravilha-ganha-cada-vez-mais-cara-de-bairro-com-residenciais-comercio-e-infraestrutura/>
- <https://diariodorio.com/porto-maravilha-se-consolida-como-opcao-de-moradia-para-os-cariocas/>
- <https://www.rioja.com.br/geral/porto-maravilha-uma-revolucao-urbana/>
- <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/558873-a-outra-historia-do-porto-maravilha>
- <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-comunidade-quilombola-da-pedra-do-sal-berco-de-donga-pixinguinha-e-joao-da-baiana-luta-para-ter-seu-espaco-garantido/>
- <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>
- <https://www.ccpa.rio/museu-do-amanha/>
- <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/capacidades>
- <https://rioonwatch.org.br/?p=44800>
- <https://rioonwatch.org.br/?p=14800>
- <https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo>
- https://www.terra.com.br/diversao/carnaval/portela-historia-titulos-e-curiosidades-da-escola-de-samba.373e372075d525095404215461f806749w4p3wq0.html#google_vignette
- <https://pretosnovos.com.br>
- <https://centroculturalpequenafrica.wordpress.com>
- <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>
- <https://www.caixa.gov.br/fundos-investimento/imobiliaros/fundo-de-investimento-imobiliario-porto-maravilha/saibamais/Paginas/default.aspx>

- <https://www.gov.br/cidades/pt-br/search?SearchableText=Porto%20Maravilhã>
- <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/contatos/>
- https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/08/D.O._02-01-2008.pdf
- <https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/1/#/p:1/e:1>
- https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_mn.pdf
- http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf
- https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23#:~:text=Na%20segunda%20metade%20do%20s%C3%A9culo,como%20a%20ch%C3%A1cara%20do%20Sr.
- https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/relatorio_antropologico_quilombo_pe
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LIM-7-11-1831&text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos.

4.6. Previsão de recursos multimídia

Fotos dos entrevistados e da zona portuária; gráficos; softwares de edição para editoração da reportagem

5. Diário de Campo

Iniciei as pesquisas para a composição da reportagem em julho de 2024, com base na leitura de textos diversos, para entender como foi elaborado e posto em prática o Porto Maravilha. A primeira fonte usada foram os sites da concessionária Porto Novo, da Caixa Econômica Federal e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), criada pelo poder municipal para gerir e administrar as questões das reformas e seus desdobramentos. Porém, a partir do ano de 2022, as atribuições da CDURP passaram para a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR), que também procurei suas fontes oficiais. Para complementar e descobrir aprofundamentos, recorri a notícias e reportagens dos anos de 2009 à 2023.

Após a apuração para identificar pontos em comuns e traçar os eventos cruciais sobre a operação urbana, entrei no tema da cultura africana e seus desdobramentos com a região portuária. Foram mais textos, artigos, notícias e reportagens para ter a noção do que foi o Cais do Valongo, como e por que ele foi construído e as marcas materiais e imateriais que sua disposição criou. A exemplo do desencadear da construção deste porto estão o monumento Pedra do Sal, o Instituto Pretos Novos e o Quilombo Pedra do Sal.

Também, entre o final do mês de julho e o início do mês de agosto, iniciei a estrutura da pauta, fazendo um possível enquadramento, um breve contexto histórico e redigindo perguntas que me pareciam pertinentes após as leituras.

A partir de aulas online oferecidas pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), entrei em contato com a professora que leciona a disciplina História da África Contemporânea no instituto, Amanda Palomo Alves. Por meio da ajuda dela, consegui o contato da Doutora em Ciências (Arqueologia), Pós-doutora em História Social e atualmente professora aposentada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Tania Andrade Lima, quem coordenou as escavações que encontram o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e, do Professor Claudio Honorato de Paula, Doutor em História pelo PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Núcleo de Pesquisa do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos

Novos.

Para realizar a entrevista com o Professor Claudio fui ao Instituto Pretos Novos, situado na rua Pedro Ernesto, nº 32/34, no bairro da Gamboa, no dia 29 de agosto de 2024. Além da entrevista, realizei fotografias do professor, do instituto e dos bairros, apresentadas a seguir:
















Sítio Arqueológico Cais do Valongo Aspectos geológicos

Há milhões de anos, as rochas do Cais do Valongo presenciaram diferentes momentos de conexão com a África, tanto geológica quanto humana.

Os blocos que compõem a estrutura e o piso do cais são constituídos por rochas que afloram em abundância no Rio de Janeiro. Essas rochas representam dois importantes momentos geológicos.

No primeiro momento, entre 750 e 500 milhões de anos atrás, foram formados os três tipos de gnaiss (rochas metamórficas) presentes no cais. Elas se formaram devido às altas pressões e temperaturas durante a colisão entre os continentes africano e sul-americano.

Após um longo período de quietude, no segundo momento, há 130 milhões de anos, ocorreu um intenso vulcanismo, representado pela rocha diabásio, que também é encontrada no cais. Esse evento quebrou o antigo supercontinente, resultando novamente na separação da África e da América do Sul, num afastamento que segue até os dias atuais.

O aterro que encobriu o Cais do Valongo modificou a posição da orla e do porto do Rio. Observe as rochas do Cais e veja a presença de conchas de crustáceos, conhecidos como cracas, aderidas às rochas. Esses organismos de água salgada são vestígios do período em que o Cais do Valongo estava à beira-mar.

A Professora Tania não pode me recepcionar por causa de outros eventos já marcados em sua agenda, por isso foi feita uma conversa de forma online, no dia 13 de agosto de 2024 (primeiro contato). Ao dia 9 de setembro, obtive retorno das perguntas que havia enviado.

Voltar aos bairros da Saúde e da Gamboa com o olhar analítico em decorrência das pesquisas para o trabalho, me fez pensar em como vamos a lugares sem entender, ou ter a real dimensão do que ele representa. Quando mais novo, por volta dos 8 anos de idade, me lembro de ir na região com meu pai para um exame no Hospital Federal dos Servidores do Estado, que fica localizado na rua Sacadura Cabral, nº 178, no bairro da Saúde, ao lado do Sítio Arqueológico do Cais

do Valongo. Não tenho muitas lembranças do trajeto, só me recordo de estar apreensivo por estar em um local aparentemente hostil. Refazer o mesmo percurso da estação ferroviária Central do Brasil até o hospital, mas agora observando cada detalhe da arquitetura dos imóveis, das disposições das ruas e das pessoas que por ali estavam, com o pouco do conhecimento que adquiri no estudo, me fez ter outra visão daquele espaço.

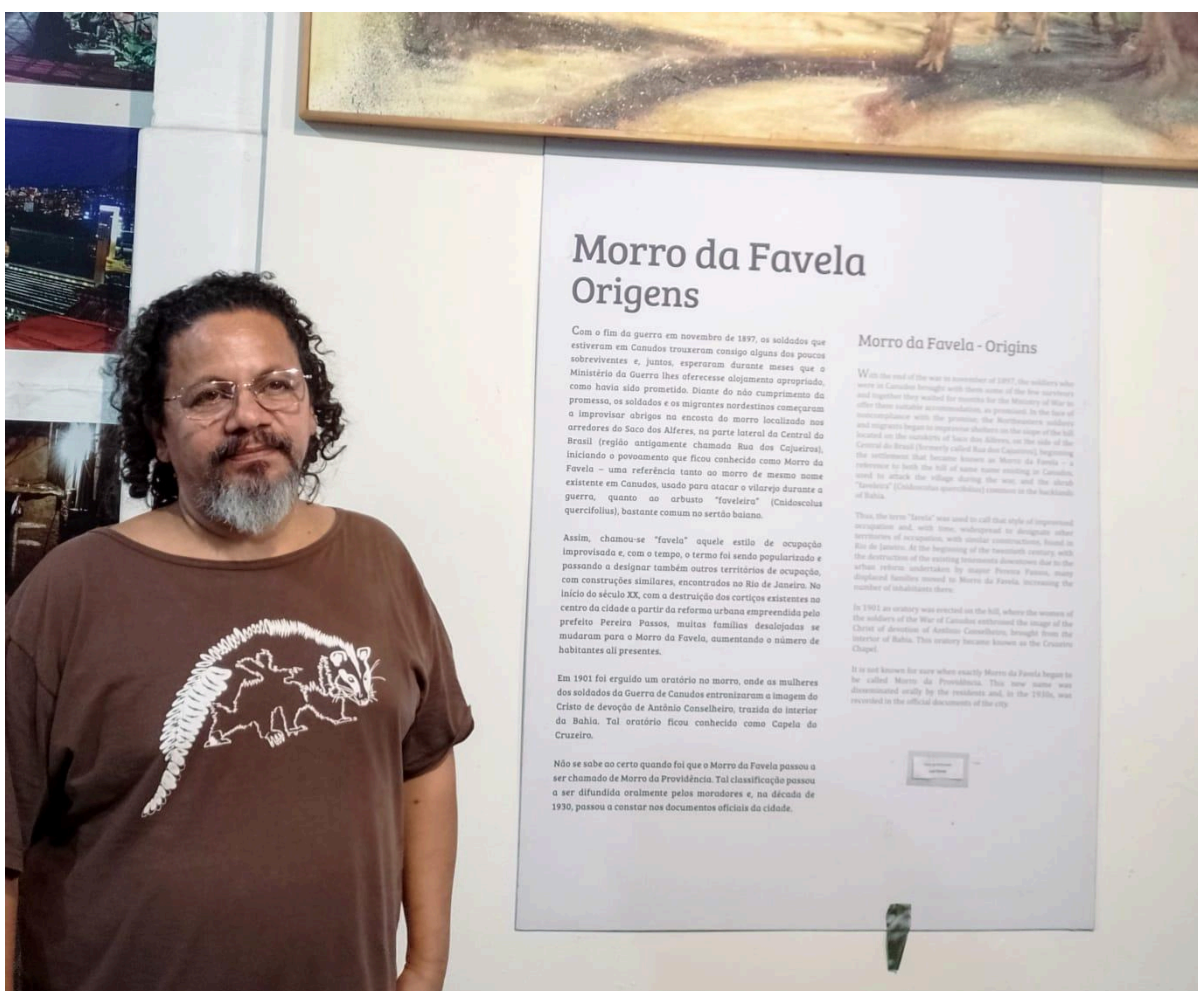
Apesar do grande movimento de pessoas, e muitas delas em situação de vulnerabilidade, não tive o mesmo medo de quando criança. Na verdade, senti um pouco de revolta por ver um lugar tão rico em história e cultura ser tão segregado entre os terrenos dos luxuosos prédios provenientes do Porto Maravilha e fachadas tão deterioradas. Além disso, a diferença social é gritante.

Após a entrevista com o Professor Claudio, surgiram mais duas fontes: Gregória de Paiva Cardoso, moradora do bairro da Gamboa e empreendedora (foto abaixo); o fotógrafo e membro do Quilombo Pedra do Sal, Maurício Hora.

A entrevista com Gregória foi realizada no mesmo dia 29 de agosto de 2024, e obtive informações testemunhais sobre as obras de revitalização e suas consequências para os moradores e comerciantes da região.



O encontro com Maurício Hora (foto abaixo) ocorreu cinco dias depois, no dia 3 de setembro, em seu estúdio, também na Rua Pedro Ernesto. Em seus relatos, obtive mais informações sobre a formação do Morro da Providência e as ordens de despejos exercidas pela Prefeitura no início das obras do Porto Maravilha. Além disso, o ponto central que resultou no Quilombo Pedra do Sal e todo o processo judicial contra a ordem religiosa Venerável Ordem Terceira de São Francisco.



Junto ao processo de leitura e investigação, iniciei a redação da reportagem, porém me vi na necessidade de reescrever e organizar o que já havia produzido inúmeras vezes, ao ponto que fui interpretando os relatos dos entrevistados e procurando mais informações para contextualizar as nuances de suas falas. Dos dias 11 à 28 de setembro de 2024, fiz diversas modificações para chegar à coesão das informações obtidas nas leituras e nas entrevistas.

Nas novas leituras, me aprofundi nas reformas urbanísticas efetuadas por Pereira Passos no início do século XX, o que contribuiu para o entendimento espacial e organizacional que existe na região central do Rio de Janeiro. Também, neste contexto, compreendi como foi o processo de habitação em morros e nos bairros do subúrbio carioca.

Para buscar informações e esclarecimentos quanto a realocação das famílias que tiveram suas casas demolidas para obras de infraestrutura, tentei entrar em contato com a Prefeitura do Rio de Janeiro; com a repartição governamental que

administra as questões do Porto Maravilha, Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR); com a Secretaria Municipal de Habitação e a Secretaria Municipal de Urbanismo. Porém, também dado ao período de eleições municipais, não obtive retorno.

Ao ter conhecimento sobre o tema proposto por mim, o professor Evando Medeiros do curso de Jornalismo da UFOP conseguiu o contato do padre Luís Maurício, que atuou na Paróquia Sagrada Família, situada no bairro da Saúde, entre os anos de 2012 e 2017. Após conversas via Whatsapp, realizei uma entrevista no dia 11 de novembro de 2024, onde abordei a questão judicial entre a Ordem Terceira de São Francisco e os moradores. Outro assunto que apareceu neste diálogo foi a participação do padre em atividades sociais na comunidade.

A fim de compreender melhor a questão urbanística da região portuária e os desdobramentos que as reformas de Pereira Passos e o Porto Maravilha causaram, busquei contato com um amigo mestrando em geografia pela Universidade Federal de Viçosa, Marcelo Sabino. Ele me indicou a Professora Doutora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, Teresa Cristina de Almeida Faria. Enviei um e-mail solicitando uma entrevista no dia 30 de outubro de 2024, e obtive sua resposta um dia após.

De forma muito cordial, a professora Teresa me informou que não poderia me ajudar por causa do tema, que não fazia parte de seu objeto de pesquisa. Por isso, ela me recomendou entrar em contato com a professora Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Flora d'El Rei Lopes Passos, professora da UFOP. No dia 01 de novembro de 2024, entrei em contato com a professora Flora, que me retornou de imediato dizendo que estaria indisponível até o dia 15 de novembro. Como já estava com a reportagem na fase final, enviei um questionário para ela, obtendo o retorno no dia 19 de novembro de 2024.

Com as informações dos últimos entrevistados, complementei a reportagem e enviei ao meu orientador. No dia 26 de novembro tivemos uma reunião, onde foram feitas observações pertinentes acerca da entrega final e marcamos a data da minha defesa do trabalho. Após a reunião, no dia 5 de dezembro, a reportagem estava pronta para a diagramação.

Do dia 8 de dezembro ao dia 10, fiz as últimas observações feitas pelo orientador no memorial, para ser entregue à banca examinadora. Porém, não

consegui executar a diagramação da reportagem até o prazo da entrega, dia 11 de dezembro.

O processo de diagramação foi complexo e trabalhoso; e recorri a ajuda de um amigo que tinha experiência em tais produções. Realizamos uma reunião online no dia 11 de dezembro, onde escolhemos a estrutura do produto em formato tabloide. A nomenclatura tabloide vem do estilo de “jornalismo de tabloide”, que possibilita a compactação de grandes textos e histórias em formas mais curtas e mais simples de ler.

Entre os dias 11 e 13 de dezembro fizemos diversos ajustes para uma melhor apresentação da reportagem, seguindo orientações do Professor Frederico Tavares. Ao final do dia 13, enviei um protótipo ao professor para que pudesse avaliar. Houve mais algumas alterações de métrica, e no dia 16, enviei a segunda amostra para que fosse enviada aos professores que participaram da banca.

A apresentação do trabalho foi realizada no dia 19 de dezembro com a participação do meu orientador, Professor Frederico Tavares, da Professora Hilla Rodrigues e do Mestre Lucas Porfírio. Após minha exposição do objetivo do tema proposto e da produção executada, os integrantes da banca fizeram suas considerações e orientações para a publicação do produto.

6. Considerações Finais

A resistência da população negra na zona portuária do Rio de Janeiro, por mais que seja admirável, é uma resposta necessária para sobreviver e lutar contra o Estado, que de forma arbitrária, a trata como indesejável. A forma contínua com que governos tentam impor um novo modo de vida com a proposta de revitalizar e reurbanizar, seria melhor compreendida se houvesse ajuda aos moradores que já residiam na região, sem influenciar na mudança da classe moradora e gerar a gentrificação.

A memória afrodescendente que existe na região permaneceria excluída da memória coletiva da sociedade se o Valongo não fosse “descoberto”. A questão é que essa reminiscência foi esquecida de forma proposital, quando há remodelações no espaço e na habitação da zona portuária. A representação do Cais do Valongo, e a população que chegou por ele, são partes da história de construção do país, mas as reformas do Cais da Imperatriz, de Pereira Passos e do Porto Maravilha persistem em excluir essa parcela.

O Brasil é reconhecido mundialmente por sua gente, por sua cultura, e grande parte deste reconhecimento se deve ao povo negro que contribuiu para a formação desta identidade mesmo sendo marginalizada. Sou porque somos, porque foram e continuam sendo a força e a capacidade de não desistir. E por mais que haja a intenção da exclusão, de expulsão do seu território de identidade, o capital não deve ser mais importante que o povo.

O jornalismo deve levar informação, desvendar ocultações, e sobretudo, ser ético e prezar pelo serviço público sem distinção de classe, etnia, origem, religião, raça e gênero. Possibilitar a consciência e o senso crítico do público é permitir que ele tenha poder de tomar suas decisões, é oferecer-lhe ferramentas para exercer sua cidadania e elucidar complexidades que são renegadas. O jornalista, por sua vez, deve entender sua profissão como a dualidade de ser parte desse público – dessa sociedade – e ao mesmo tempo, servi-la com honestidade e avidez.

Em razão disso, a reportagem como produto jornalístico não só auxilia como conteúdo informativo, como também colabora para a formação de opinião por meio da reflexão. Em minha produção, a intenção é levar essa reflexão ao leitor, baseando e contrastando dados e acontecimentos históricos e atuais, buscando

justamente o senso crítico que gera a inquietação pela busca de progresso.

O presente trabalho apresentou que a região portuária é lugar de identidade negra, mesmo que tenham ameaçado sua existência. As informações históricas e atuais que influenciam na sua habitação foram expostas para que haja mais uma forma de inteirar que o Porto não é Maravilha se não preservar o direito de estar e permanecer do patrimônio material, e sobretudo, imaterial da população negra.

7. Referências

AGOSTINI, Camilla. Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte(MG): Letramento, 2018.

ALVES, Fillipe Alexandre Oliveira. Roteiros de memória: O papel dos guias de turismo na preservação da memória afrodescendente na Zona portuária carioca. **Novos Debates**, v. 8, n. 2, 2022.

AVRITZER, Leonardo et al. **Comunidade Quilombola Pedra do Sal**. Coleção Terras de Quilombos, v. 2, n.9, 2016.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BELTRÃO, Luiz. Teoria e prática do jornalismo. **Adamantina: FAI, São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional**, 2006.

CCC/IPHAN - Centro Cultural Cartola/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo**, 2007.

CINTRA BERDU, Livia. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro: novos questionamentos para incontornáveis debates (1904-1913). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 20, 2020.

COUTINHO, Rafaella Matos. Cais do valongo, a história esquecida: a luta por direitos fundamentais em face do projeto de reurbanização Porto Maravilha. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DA COSTA, Flávia Carolina. Construindo formas de habitar: memória e política no contexto revitalizado da região portuária do Rio de Janeiro. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 7, n. 15, p. 93-108, 2020.

DA SILVA, Helder Kuiawinski. **A cultura afro como norteadora da cultura brasileira**. 2014.

DA SILVA, Karoline Santos. **Circuitos negros: táticas de visibilização dos lugares de memória na Pequena África (RJ)**. Anais do XX ENANPUR...Belém, 2023. Disponível em: <<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-18.pdf>>.

DE OLIVEIRA, Aercio Barbosa. Porto Maravilha: alegoria de um Brasil em

desencontro com o Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 51, p. 137-153, 2023.

DOS REIS SAMPAIO, Gabriela. **Conexões Rio-Bahia: identidades e dinâmica cultural entre trabalhadores, 1850-1888**. 2011.

DOS SANTOS, Marli. Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral. **Comunicação & Informação**, v. 12, n. 2, p. 21-32, 2009.

FELIX, Amanda Santos; CONCEIÇÃO, Paulo; DE SOUSA, Francisco José Batista. Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha como Proposta de Legado dos Jogos Olímpicos do Rio: Plano, Metas & Impasses. In: **Anais do III CONGEO (Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território)**. 2018.

FERREIRA, Elisangela Alves de Moraes. **Refletindo o conceito de miscigenação no Brasil**. 2012.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009.

FOLMANN, J. I. Dialogando com Jessé Souza. **São Leopoldo: Casa Leiria**, 2018.

FONSECA, Thiago Vinícius Mantuano da. A região portuária do Rio de Janeiro no século XIX: aspectos demográficos e sociais. **Almanack**, p. 166-204, 2019.

FRANCESCHINI, Felipe. Notícia e reportagem: sutis diferenças. **Comum, Rio de Janeiro**, 2004.

GALLAS, Débora. A contribuição do jornalismo para o saber social. Caminhos para uma prática responsável e para o fomento da cidadania. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 127, p. 48-56, 2014.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; DOS SANTOS, Marli; RENÓ, Denis Porto. Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 130, p. 223-242, 2015.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Os sentidos da Pequena África: políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro. **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 362-390, 2019.

GURGEL, Argemiro Eloy. Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. **Justiça & História, Porto Alegre**, v. 6, n. 12, p. 1-29, 2008. Disponível:

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/66364/lei_para_ingles_gurgel.pdf>.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. 2ª ed. Tradução de Maria Rodrigues e Hans

Harden. Brasília: Editora UnB, 1995.

JORDÃO, Rogério Pacheco. **Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro**. 2015. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Literatura, cultura e contemporaneidade), PUC-Rio.

JOST, Miguel. A construção/invenção do samba: mediações e interações estratégicas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 112-125, 2015.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LAGE, Nilson. Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. **Recuperado de <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>**, 2001.

LIGUORI, Fernanda Pereira. **Reviver centro: novos rumos da questão habitacional no centro do Rio de Janeiro**. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94031>>.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. . Barueri: Manole. . Acesso em: 26 set. 2024. , 2004

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016.

LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teórico-conceitual pelos elementos da grande reportagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 2, p. 66-77, 2016.

MACHADO, Liliana Mesquita. 30 anos de reportagem político-social na imprensa escrita do Porto (1974-2004): Jornal de Notícias, o Primeiro de Janeiro e O Comércio do Porto. **Comunicação & Inovação**, v. 13, n. 25, 2012.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. Summus Editorial, 1988.

MOLON, Newton Duarte; VIANNA, Rodolfo. O círculo de Bakhtin e a linguística aplicada. **Bakhtiniana: revista de estudos do discurso**, v. 7, p. 142-165, 2012.

MONTOZA, Henrique Pedro Bresolin. Entre o Cais do Valongo de ontem e o Museu do Amanhã: Guerras de memória no Rio de Janeiro atual (2015-2017). **Mosaico**, v. 9, n. 15, p. 121-141, 2018.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983. DOI: 10.9771/aa.v0i14.20824. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 23 set. 2024.

MUNANGA, K. *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**/Kabengele Munanga. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 30).

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. **Revista Múltipla, Brasília**, v. 10, n. 16, p. 9-40, 2004.

PELO Telefone (1916). In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra7091/pelo-telefone-1916>. Acesso em: 02 de dezembro de 2024. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORFÍRIO, F.M.; BLUM, L.F.M.; SILVA, R.S.. OS LUCROS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SEU IMPACTO ECONÔMICO: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. **Revista Pet Economia UFES**, v. 2, n. 1, p. 32-45, 2021.

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo. **São Paulo: Brasiliense**, 1984.

SEVERINO, Anthony Matos. **Patrimônios em disputa: uma análise dos bens tombados na Pequena África**, Rio de Janeiro. 2022.

SILVA, Ana Luiza Fernandes Da. **Memória de um território negro na pequena África**. Anais do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93865>>.

SILVA, Juremir Machado da. Reportagem histórica como procedimento narrativo. **Comunicação e sociedade**, n. 34, p. 431-441, 2018.

SIMAS, Luiz Antônio. Dos arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: uma cidade de pequenas Áfricas. **Revista Z Cultural**, Programa Avançado de Cultura Contemporânea, PACC-UFRJ, n. 15, p. 1-5, 2015.

SODRÉ, Muniz. FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

TAVARES, Maria Alice. O verbo no texto jornalístico: notícia e reportagem. **Working Papers em Linguística**, n. 1, p. 123-142, 1997.

TOMELIN, Carlos Alberto; FRISONI, Bianka Cappucci; FRISONI, Marcello Cappucci. A Arte do Samba como Mediador de Memória Negra no Roteiro da Gamboa: Pedra do Sal, Largo da Prainha e Cais do Valongo no Rio de Janeiro [Brasil]. **Revista Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, v. 16, n. 2, 2024.

VALLADARES, Wladimir Silva. **A resistência negra na cidade do Rio de Janeiro e o seu reflexo na construção do urbano contemporâneo**. Anais do XX ENANPUR...Belém, 2023. Disponível em: <<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-08.pdf>>.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 239-271, 2015.

VELLOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço... Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p. 207-243, 1990.

8. Anexo: Reportagem – “Dois séculos de conflito e resistência na Zona Portuária carioca”